

ECONOMIA SOLIDÁRIA

O CAMINHO PARA O CUIDADO DA VIDA E DO PLANETA:

Formação de Lideranças para Geração de Trabalho e Renda

EXPEDIENTE

Esta Cartilha foi produzida pelo **CAMP - Centro de Assessoria Multiprofissional** - março de 2022

Organização: Lurdes Marta Santin

Revisão: Lurdes Marta Santin e Fernanda Schutz

Diagramação: Dieice Viário

Ilustrações: Acervo pessoal

Conselho Diretor do CAMP: Bernadete Konzen, Rosimar de Mattos, Mauri Cruz e Selvino Heck

Secretária Executiva do CAMP: Daniela Oliveira Tolfo

Coordenação Pedagógica do CAMP: Marcia Falcão

Equipe do Projeto: Fernanda Schutz, Chirlei Fischer, Daniela de Oliveira e Paulo Becker

Projeto: Promovendo Cidadania: Educação para geração de trabalho e renda autogestionária – TF nº 901963/2020

Ministério da Cidadania/Secretaria de Inclusão Produtiva/Departamento de Economia Solidária

Impressão: 500 exemplares

CONTATOS:



(51) 3105-8030



CampCidadania



camp1983.ong@gmail.com



@camp.cidadania



Praça Pereira Parobé, nº 130 - 9º andar
Centro - Porto Alegre/ RS



<http://camp.org.br/>

APRESENTAÇÃO

Esta Cartilha é fruto do curso de **Economia Solidária** – desenvolvido através do **Projeto Promovendo Cidadania: educação para geração de trabalho e renda autogestionária**, a partir de uma Emenda Parlamentar encaminhada pela deputada Federal Maria do Rosário para o Movimento de trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos – MTD e executada pelo Centro de Assessoria Multiprofissional – CAMP. Juntos, CAMP e MTD desenvolveram o Projeto em diversos territórios da Região Metropolitana de Porto Alegre.

O principal objetivo do curso: Capacitar e qualificar lideranças e participantes de grupos de geração de trabalho e renda (majoritariamente mulheres e jovens) para a qualificação da produção e da gestão de coletivos e para a articulação com os princípios e redes de Economia Solidária.

A Cartilha **ECONOMIA SOLIDÁRIA – O CAMINHO PARA O CUIDADO DA VIDA E DO PLANETA: Formação de Lideranças para Geração de Trabalho e Renda** objetiva ser uma ferramenta que contribua para o aprofundamento da formação e qualificação dos coletivos que participaram do **Projeto Promovendo Cidadania**. Os encontros de formação que aconteceram de forma online, considerando o período de pandemia, são agora, de uma forma sintética, trazidos para esse material impresso. Quem facilitou os encontros forneceu um texto base, a partir deles organizamos o conteúdo dessa cartilha.

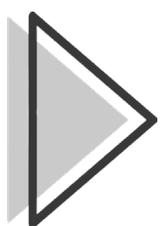
*Organizamos a Cartilha a partir da sequência dos encontros.
Os conteúdos estão organizados em 3 (três) módulos cada um com 3 (três) encontros*



O Primeiro módulo apresenta a perspectiva do mundo do trabalho, as relações permeadas pelo sistema capitalista no processo histórico, os desafios que a classe trabalhadora precisa enfrentar. Fases da história do trabalho no Brasil contendo elementos das quatro últimas décadas de devastação do trabalho protegido, os cenários de futuro e os desafios estratégicos. No segundo encontro, elementos sobre os princípios e valores da economia Solidária como possibilidade de organização de trabalho e renda: O planeta, as pessoas, não podem mais esperar pelo amanhã, é preciso que se comece hoje, agora, que se faça na prática do dia a dia a construção de um outro jeito de viver, de se organizar para o trabalho, para a vida, o momento é o agora. O terceiro encontro apresenta uma ferramenta de organização – os Pontos populares de trabalhos – PPTs - que visa promover a organização do trabalho de forma coletiva, prezando pelos princípios coletivos, se mostrando uma possibilidade viável para trabalho de base e geração de trabalho e renda.



No segundo módulo, os encontros trazem a reflexão sobre aspectos necessários para a mobilização, organização e manutenção dos coletivos. O primeiro encontro afirma: pensar Grupos de Trabalho Coletivo na perspectiva da economia solidária é honroso, pois estamos sendo resistência e pavimentando o futuro que queremos viver, mesmo que este ainda seja incerto estamos juntos construindo uma sociedade mais digna e solidária. No segundo encontramos uma perspectiva de reconhecimento da realidade com objetivo de transformá-la. Sabendo que a superação das situações limites só poderá ser feita através de processos coletivos. O terceiro encontro desse bloco traz a reflexão sobre a experiência concreta de gestão de um grupo coletivo e afirma: é necessário um olhar especial para a gestão, pois ao organizar um coletivo de trabalho que busca ser gerido via autogestão/cooperação/trabalho associado com divisão igualitária dos resultados e tarefas é o grande desafio atual, já que estamos diante de uma experiência diferente e pouco vivida, o trabalho associado.



O terceiro e último módulo é um convite a refletir sobre a importância dos territórios, as redes e as experiências da comercialização. No território as pessoas se organizam coletivamente para dar conta da vida e a vida acontece vinculada ao lugar onde elas moram. As experiências de economia solidária estão fortemente ancoradas no território, no “espaço vivido”, ou seja, na comunidade, no assentamento, no lugar onde se produz e se mora. O segundo trata da Organização da Produção e Comercialização. É um texto com orientação técnica, muito didático, aponta o caminho para organizar a produção e os elementos necessários para a comercialização: mercado garantido; preço remunerador; logística – transporte, industrialização e armazenagem. **Tudo isso implica no controle da cadeia produtiva.** O terceiro encontro relata a linda experiência de comercialização coletiva do Grupo Araça que muito bem faz a relação entre quem produz e quem consome. A gestão do grupo está associada ao melhor do conhecimento sobre a participação coletiva, em um modelo de organização horizontal, com um grupo comprometido com os propósitos da organização: Acesso ao consumo; Consumo consciente e alimentação saudável, uma gestão participativa e horizontal.

Sobre o CAMP

Entidade que atua na mobilização e organização social, na educação, capacitação e formação de lideranças e em pesquisa e sistematização de conhecimento, articulando democracia, desenvolvimento e garantia dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. Orientam as ações para o fortalecimento de sujeitos sociais coletivos, autônomos e democráticos, com capacidade de proposição de políticas públicas e de solução de problemas econômicos, sociais e ambientais. Pauta-se na construção de relações sociais que valorizam a diversidade dos atores, criam formas de relações econômicas baseadas na solidariedade, e integram a perspectiva da sustentabilidade socioambiental.

Entende que o fortalecimento de sujeitos sociais coletivos é um processo intencional e contínuo que articula grupos e pessoas que trazem consigo saberes acumulados através das suas experiências e histórias de vida. A metodologia de trabalho tem como referência esse conhecimento já acumulado e estimula: a reflexão sobre as práticas, o conhecimento de experiência de outros grupos, o estudo de novos temas, o acesso a diferentes formas de expressão e de comunicação, a experimentação da autogestão e da democracia, a construção de diagnóstico e de planos de trabalho.

Sobre o MTD

É um Movimento Popular, construído por milhares de mulheres, homens, jovens e crianças, que decidiram se unir, para juntos e juntas e fortes, organizar a luta na defesa de nossas vidas e pela conquista dos direitos.

O **M de Movimento** é um chamado para que a gente saia do isolamento das nossas lutas individuais, para junto com outras pessoas lutarmos coletivamente. O encontro e a relação de cada um e cada uma de nós com uma coletividade, com uma comunidade, nos fortalece, traz esperança, organização e outras maneiras de a gente ver o mundo.

O **T de Trabalhadoras e Trabalhadores** representa quem somos: nós somos aquelas e aqueles que vivem do trabalho, somos parte da grande classe trabalhadora, muitas vezes ficamos desempregadas/os, trabalhando informalmente sem nenhum direito e outras vezes ocupamos postos de trabalho precarizados, terceirizados, de baixos salários.

O **D de Direitos** representa os objetivos da nossa luta. O direito a um Trabalho Digno, a ter nossa Casa, com acesso a Saúde, a uma boa Alimentação, Educação para nós, nossas filhas e filhos, para nossa juventude e também acesso ao Lazer, ao Descanso, as diversas expressões Culturais, estas condições de Vida, são direitos não é assistência social, muito menos favores. Direitos são conquistas de todo um povo, dentro de sua própria nação.

Sabemos que as raízes do problema de não termos estes direitos está na profunda desigualdade social, herança desde o tempo da escravidão. Mas nós acreditamos no nosso povo e no Brasil, acreditamos que somos capazes de mudar a história de nosso país.

A justiça, a dignidade, os direitos para todas e todos não virão de graça e nem será coisa fácil, o pessoal da casa grande não vai abrir mão das riquezas produzidas as nossas custas. Se quisermos viver a igualdade e a criação de oportunidades para todas e todos, nós, o povo, é que teremos que fazer o nosso ***Projeto Popular para o Brasil acontecer.***

O MTD tem na centralidade dos Direitos o Trabalho. Luta por Pontos Populares de Trabalho, tanto a partir da autorganização como busca o cumprimento da Lei dos Pontos Populares (será elucidado no encontro 3 do Módulo 1).

A Emenda Parlamentar contribuiu para organização e fortalecimentos de grupos voltados para a Economia Solidária, buscando a geração de Renda com perspectivas de sustentabilidade. Os processos formativos contribuíram com a qualificação dos grupos para o aperfeiçoamento de sua estratégia de produção, divulgação e comercialização.



SUMÁRIO

MÓDULO 01: TRABALHO COLETIVO E AUTOGESTÃO: ECONOMIA SOLIDÁRIA, PRINCÍPIOS E FORMAS DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA E ASSOCIADO ----- 07

Encontro 1: O Trabalho no Mundo que Vivemos - Eliane Martins ----- 08

Encontro 2: O Trabalho coletivo auto gestor dentro dos princípios da Economia Solidária - Katiucia Ribeiro ----- 13

Encontro 3: Pontos Populares de Trabalho como possibilidade de organização associada - Fernanda Schutz ----- 17

MÓDULO 2: ORGANIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE GRUPOS DE TRABALHO COLETIVO: SENSIBILIZAÇÃO, MOBILIZAÇÃO, (RE)CONHECIMENTO DA REALIDADE E GESTÃO DE GRUPOS ----- 20

Encontro 1: Formação e organização de Grupos de Trabalho Coletivo - Letícia da Silva Balester ----- 21

Encontro 2: Possíveis ferramentas para reconhecimento da realidade – Lurdes Marta Santin ----- 24

Encontro 3: A gestão do nosso grupo trabalho e renda: o que e para quem produzimos; como nos organizamos; quais nossos recursos e parcerias - Vinicius Moreno ----- 28

MÓDULO 03: ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO COLETIVA, JUSTA E SOLIDÁRIA: A COMERCIALIZAÇÃO COLETIVA LOCAL E REGIONAL E EM TEMPOS DE PANDEMIA ----- 31

Encontro 1: A importância do território e das redes e cadeias solidárias na comercialização para os Empreendimentos Econômicos Solidários e seus impactos diante do cenário de pandemia - Ana Mercedes Sarria Icaza e Pedro Costa ----- 32

Encontro 2: A comercialização coletiva local e regional, em diálogo com as organizações diversas e políticas públicas - Álvaro Dalatore ----- 36

Encontro 3: Consumo coletivo e responsável: formação de grupos e redes de consumo - Alexandre Matias Bogner ----- 42

SOBRE AS AUTORAS E AUTORES DO TEXTO ----- 47

REFERÊNCIAS ----- 49

MÓDULO 1

TRABALHO COLETIVO E AUTOGESTÃO: Economia solidária, princípios e formas de organização coletiva e associada

Este Módulo no seu conjunto de Três (3) encontros traz a reflexão desde a perspectiva do trabalho a partir da realidade, passa pelos princípios da Economia Solidária e conclui com indicação prática de organização.

O Primeiro encontro resgata elementos do processo histórico que auxilia na compreensão das situações que vivenciamos hoje. Ajuda na compreensão de que o processo de crise, a desorganização da classe trabalhadora tem reflexos em opções políticas baseadas nas leis do Capital. Aponta uma necessária reorganização da classe trabalhadora de forma coletiva.

O segundo encontro reflete os princípios e valores para a organização de Trabalhadoras e trabalhadores na busca de geração de trabalho e renda, baseados na Economia Solidária – caminho para o cuidado da vida e do planeta.

Já o terceiro encontro aponta possibilidade concreta de uma forma de organização através de uma ferramenta – os Pontos Populares de Trabalho que, inclusive, tem uma Lei Estadual como caminho possível dentro de um projeto de Política Pública.





O Trabalho no Mundo que Vivemos

Eliane Martins

O que eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não pago.

Silvia Federici

Este texto está organizado didaticamente onde procura estabelecer um nexos com elementos históricos e percorre esse caminho: Fases da história do trabalho no Brasil contendo elementos das quatro últimas décadas de devastação do trabalho protegido, os cenários de futuro e os desafios estratégicos.

FASES DA HISTÓRIA DO TRABALHO NO BRASIL

1ª FASE: 1500 - 1888 – Acumulação Primitiva - trabalho escravo. É preciso reconhecer as heranças da sociedade escravocrata para superá-las.

Carregamos a herança de uma Ética degradada do trabalho manual e imagem depreciativa do povo. Estado antissocial, alto padrão de violência, com milícias de “homens de bem” para conter e disciplinar o ‘inimigo’ interno (DOPS em 1924). Expectativas de vida mínimas, escassez, pobreza, prisão da sobrevivência. A luta exigia rupturas com o regime de acumulação, escravocrata e monarquistas.

2ª FASE: século 1888 -1988 – lutas por assalariamento e direitos.

Lutas por regulações, direitos, representação (sindical), espaços de mediações dos conflitos entre Capital e Trabalho – Justiça do Trabalho. Era necessário Impor limites a superexploração da força, regular jornada. Ideia de branqueamento da força de trabalho via imigração. Rupturas de época, superar o atraso agrário, a República Velha, oligarca – Industrialização sem urbanização (alta divisão social do trabalho). Entre 1930-80 Promessa Integradora de inclusão ordenada das massas na sociedade salarial, moderna, urbano-industrial, cidadania na CLT – Vargas de 1930/54.



A promessa integradora dos homens

O assalariamento (o poder do provedor, protetor), dos homens, adultos, brancos, em detrimento das mulheres, da juventude, negros/as, da população idosa, sob superexploração – longa jornada, remuneração abaixo dos níveis de sua sobrevivência (Rui Mauro). Ponto alto em 1976, os trabalhadores titulares de direitos, com empregos registrados chegaram a 61% da força de trabalho (sempre presente cisão formal/informal, precarização).



O trabalho industrial, feito do êxodo rural, pautava péssimas moradias, jornadas de 12h, salários baixos, esgotamento físico, acidentes de trabalho, subalimentação. Tempo permeado por crise da igreja, que se reformula na teologia da libertação; crise da esquerda (não reformula a matriz discursiva do marxismo) e a classe funda: PT, CUT, MST; crise do sindicalismo, que se refaz em um “novo” e mais eficaz negociador dos conflitos do trabalho.

O novo sujeito coletivo nos fins de 1970 e 1980 é desconfiado de instituições, elabora uma identidade, organiza uma prática descentralizada, inventa novos lugares políticos (clubes de mães, oposição sindical, grupos de CEBs...) e amplia a sociabilidade.

“Massa marginal” – nascida da transferência em 30 anos (1930/60) da população rural para as cidades, as sobras da política de branqueamento e esquecimento do passado escravocrata. A urbanização nasceu horizontal, de uma pancada só, sem reforma agrária.

Mulheres e a Reprodução social – casamento legislação das regras de contrato de trabalho –organiza a casa e um grande núcleo familiar – a fábrica que regula a vida sexual para as mulheres – reforça a lógica tradicional, do familismo. Teologia católica da família numerosa, sacrificial, cuja recompensa viria no futuro. O homem assalariado sustentador, no casamento troca serviços com a esposa, aliena-se (não pensa) tanto na produção e como na reprodução social – mulheres cansadas de pensar, lembrar, coordenar, todas as demandas reprodutivas de filhos e maridos.

A capacidade de trabalhar não é algo natural, é construída, disciplinada, educada e depois consumida, na jornada, sendo necessário uma infraestrutura de base para restituir essa capacidade essencial para a acumulação.

AS QUATRO ÚLTIMAS DÉCADAS DE DEVASTAÇÃO DO TRABALHO PROTEGIDO

3ª FASE: desde 1989, auge desde 2016/17

Muda o regime de acumulação e de trabalho. A marca é o abandono pelas elites empresariais do projeto industrial e a integração passiva e subordinada nas cadeias globais, como montadores, revendedores, comerciantes e rentistas. Explosão do setor e o proletariado de serviços (privatizou serviços públicos), gera lucro, mais-valia. Se reestrutura a produção, 4ª Revolução Tecnológica: entrada em massa da força de trabalho chinesa produzindo mercadorias em escala global, devastações ambientais.

A Tese do Capital no Brasil é Baixar os “custos do trabalho” (freios nos governos PT) golpe em 2016, para “legalizar”. Temer em 2016/17 legaliza o desmonte da CLT, via Reforma Trabalhista, prevalece o negociado sob o legislado, acordar a jornada, mulheres em trabalhos insalubre, pagar uniformes, transporte, fim da justiça do trabalho.

40 anos de devastação de um regime de trabalho: A hegemonia global do capital financeiro – regime de cumulação por espoliação, ou seja, a mercantilização do dinheiro, da terra e do trabalho (D. Harvey). A indústria se altera: compacta, digitalizada, terceirizada, fragmentada pelo mundo, robotizada, fratura a classe trabalhadora. Mudar o regime de trabalho requer outra educação dos e das trabalhadoras - para torná-las flexíveis, racionais, empreendedores/as, se pensarem livres, obedecerem ao mercado sem estar em uma fábrica, determinados/as por forças que não controlam e não compreendem.

Esse regime de acumulação muda culturas, destrói a solidariedade e sociabilidade, restringe o parlamento, desmonta espaços do contraditório dentro e fora da fábrica.

➤ **Altera o paradigma das relações de trabalho:**

Conciliação de classes: Empregos na produção de mercadorias, regulares, estáveis, protegidos, de longa duração, em tempo integral. Relações sociais com condições de socialização, pertença, reconhecimento, consciência de classe. Ambientes coletivos = produtores de inteligência coletiva, exigem formas de reunir de gerar agregação, dessa inteligência. Uma profissão, carreira, progresso ao longo da vida, qualificação, prestígio, estabilidade e remuneração.

Devastação de classes: Empregos na circulação das mercadorias, serviços, plataformas tecnológicas, esporádico, intermitente, incerto, precário, temporário, rotativo, jornada sem forma. Economia política do ilegal, do subterrâneo, tênues barreiras entre legal, ilegal, ilícito, informal.

➤ **Qual/quem é o sujeito/a da classe Trabalhadora hoje?**

A precarização estrutural Generalizada (terceiriza, flexibiliza, desregulariza) destrutiva. Uma classe mais heterogênea, complexa, fragmentada, mais acentuadas as diferenciações étnicas, racial, imigrantes, qualificação, divisão sexual, de geração, há mais mulheres trabalhando do que homens. Ampliou a proletarização de setores médios, onde médicos/as, advogados/as trabalham em 3 ou 4 serviços diferentes, por exemplo.

Temos 4/5 do proletariado nos serviços, competindo ferozmente. Na Uberização o patrão/chefe é um algoritmo, os e as trabalhadoras entram com instrumentos e trabalho (financiados) alugam uma plataforma digital – corporação global que lucra 20%, 30% por colocar o prestador de serviços em contato com o consumidor.

Sujeitos sem identidade comum em época de transição:

Proletariado: A classe histórica, em permanente interação com a evolução do Capital e do Estado como um todo, com setores mais protegidos, qualificação e com políticas de retenção dos e das trabalhadoras essenciais, setores de classe média, com estatutos de proteções.

Subproletariado: amalgama entre as frações pauperizadas e estagnadas, sub-remuneradas a massa de empregadas domésticas maior grupo, 7 milhões – bolsa família – (André Singer).

Batalhadores: incorpora disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo, apta e pronta a colocar o corpo e trabalhar jornadas extensas, pequenos negócios, ambiente improvisados, sem garantias e direitos.

Cibertariado/ Infoproletariado: tele-operadores 2º maior grupo, com 2 milhões, com as privatizações da Telebrás, centrais de teletatividades sem progressão, contrata mais gays e mulheres negras.

Precariado: o setor flutuante de ocupações degradantes, com reprodução subnormal, com baixas qualificações, em transito na informal e formal, acessos frágeis a direitos – a filha da empregada no call center – (Rui Braga).

Ralé: 1/3 dos abandonados na humilhação, desprovidos das pré-condições sociais, morais

e culturais, sem autoestima, sem autoconfiança sem estímulos nutricionais, afetivos para a disciplina o se concentrar, em uma sociedade onde você é reconhecido como gente, quando incorpora conhecimento.

Excluídos: ligado ao debate de desfiliação da sociedade de direitos.

Massa Marginal: controversa com a questão da urbanização acelerada.

Lúmpem: degradados, desprezíveis, ausência de valores.



Gestão empresarial do descarte da força de trabalho:

É preciso administrar, ter uma política de gestão do excedente de força de trabalho. Os descartáveis produzem um mercado de contenção dos “perdedores” lucrativo – são consumidores da indústria da punição. Organização do apartar, alojar em SP um milhão de homens pobres em prisões paulistas nos últimos 20 anos – 10% da população. O encarceramento aumenta a coletivização do crime e suas capacidades mercantis – o crime é um negócio e prender um jovem ladrão é o inscrever em redes cada vez mais profissionalizadas de criminalidade.

Os carros roubados (500 mil em 2014), desmanches, para fronteiras, para revenda após legalizar, somados ao valor do segmento de seguros, estima-se a injeção de quase 25 bilhões de reais por ano e milhares de postos de trabalho, legais e ilegais, milhões de pessoas diretamente implicadas nessa guerra.

Todas as mediações de seleção e controle da massa descartável são via DINHEIRO que circula do Bolsa Família, ao tráfico, as igrejas, ao mercado. Quanto mais dinheiro em circulação livre, mais fácil a mediação dos conflitos entre polícia e ladrão, quando fica mais escasso, as violências se tornam mais corriqueiras.

OS CENÁRIOS DE FUTURO

Não vamos aprender nada com a crise estrutural aprofundada pela pandemia? Haverá eleições e governos com melhorias, sem alterar a matriz do modo de produção, consumo, trabalho e relação com a natureza? Haverá buscas para formas de transição para outro modelo civilizacional, diante da desestabilização dos ciclos vitais e sociais, (febre da terra) com pandemias intermitente e mais barbárie?



Cenário de transição: - anticapitalista, antipatriarcal, antirracista e anticolonial e/ou pós:

Transição como processo gradual, mas com ações de imediato e que enfrentem todo o modelo de exploração, dominação e de opressões. Mudança de paradigmas em que todo conhecimento e trabalho humano precisam ser válidos e validados em outra chave. Reconhece uma solidariedade histórica, extraordinária a beira do abismo, acionada via redes populares de sobrevivência coletiva.

A pandemia mostra que não é se resignar, estarmos todas e todos juntos é outra antologia, e isso não é captado como conhecimento. Se na ditadura a porta de entrada no trabalho de base era “vamos rezar”, hoje é “vamos nos cuidar”. Uma porta que requer processualidade, continuidade e novas sociabilidades.

DESAFIOS ESTRATÉGICOS ANTSSISTÊMICOS ORIENTADORES DO TRABALHO MILITANTE ORGANIZADOR E CONSTRUTOR

Uma estratégia que combata a prioridade do agronegócio com a via da agroecologia da soberania alimentar, articulada a indústria. Conceber **SOBERANIA**, desde o valor da produção local, a autogestão da economia, o trabalho em outros códigos, contra hegemônica. Conceber o reconhecimento do trabalho humano em outra chave de princípios não validados pelo mercado, (não há soluções isoladas para os problemas dos uberizados, entregadores, terceirizados...).

Conceber o valor do trabalho na reprodução social dos diferentes cuidados com a formação do ser social (mais do que força de trabalho). O trabalho comunitário, dos cuidados ambientais, das transições ecológicas, o trabalho da cultura, da arte, da educação, da saúde popular. Conceber o trabalho humano na lógica da integração social – todas/os têm papéis sociais x o descarte. O trabalho coletivo de criar novas formas de existência (cozinhas, hortas, jardins) saímos da escassez, formamos redes de apoio a vida, desenvolve laços sociais, empatia, solidariedade, fortalece a resistência, alicerça a criação de uma lógica alternativa ao Capital. A lógica dos comuns com acesso em equilíbrio as riquezas da natureza e as que produzimos. Criar meios para a participação de processos coletivos, tomada de decisões, responsabilidades por estas para nos entendermos como força política.

Para finalizar, é um processo de reunir, dar unidade aos diversos coágulos sociais e moleculares na sociedade, em uma luta em aberto e em disputa.





O trabalho coletivo auto gestor dentro dos princípios da Economia Solidária

Katiucia Gonçalves

Desenvolvimento comunitário significa o desenvolvimento de todos os seus membros conjuntamente, unidos pela ajuda mútua e pela posse coletiva de certos meios essenciais de produção ou distribuição.

Paul Singer

Começamos este papo num contexto de pandemia, e além de todos os problemas que uma pandemia, traz ainda estamos vivendo uma série de retirada de direitos, estamos sendo atacadas e atacados no nosso ganha pão, o desemprego atinge em torno de 14 milhões de pessoas, liberaram agrotóxicos, dando cartão verde para envenenar, tanto trabalhadoras e trabalhadores que fazem o manuseio, quanto a nós, consumidoras e consumidores que pagamos para adquirir essa comida, que está cheia de veneno, e que além disso ainda vai degradar nosso solo, refletindo em tudo, no nosso clima, no viver das pessoas, como já assistimos hoje, cada vez mais pessoas de todas as idades com a saúde mental abalada, resultando em depressão, alcoolismo, drogadição entre outros. Percebemos que este jeito de viver a vida, baseada na competição e no lucro, sem respeito ao meio ambiente gera desumanidade e pandemias.

O planeta, as pessoas, não podem mais esperar pelo amanhã, é preciso que se comece hoje, agora, que se faça na prática do dia a dia a construção de um outro jeito de viver, de se organizar para o trabalho, para a vida, o momento é o agora, para isso te convido a conhecer, experimentar ...outra economia...

A **Economia Popular Solidária** tem raízes antigas, nas práticas dos povos originários, quilombolas, que tem na sua concepção de mundo, o cuidado, o coletivo, a natureza, e que apesar de toda a desumanidade que sofreram, e sofrem, resistem na prática da sua cultura, do seu jeito de viver e defendem nossas florestas, desde 1500.

Economia solidária é uma economia pautada no cuidado aos seres humanos e no meio ambiente, que gera trabalho e renda de forma a diminuir a desigualdade social, que trabalha o consumo consciente e o desenvolvimento local sustentável, de acordo com cada território, que respeita e fomenta a diversidade de gênero, raça, etnia, tendo no horizonte, uma economia em comunhão com a natureza e o respeito do ser humano.

Ela é composta por alguns temas específicos, que se atravessam e se entrelaçam na construção do empreendimento de economia solidaria desde a sua criação, a vida toda.

Autogestão

O termo autogestão, ou *autogestion* surge da tradução da palavra servo-croata *samoupravlje*, em que *samo* equivale ao prefixo grego “auto” e *upravlje* significa “gestão”.

É a administração de um organismo pelas suas e pelos seus participantes, em regime de democracia direta. Em autogestão, não há a figura do patrão, mas todas trabalhadoras e trabalhadores participam das decisões administrativas em igualdade de condições. Em geral, os trabalhadores e as trabalhadoras são os proprietários da empresa autogestionada.

Trazendo para nossa realidade:

Devemos promover a autogestão, praticar, nos coletivos de produção, nos arranjos de comercialização, desde a compra de uma caneta, todos os assuntos relacionados ao empreendimento deve ser conversada e dialogada, é importante construir espaços de diálogo, como reuniões semanais de planejamento, assembleias, para que todas e todos deem sua opinião e todas e todos tenham tarefas, desde a escolha dos insumos da produção ou prestação de serviço, administração, comercialização, limpeza do local, tudo é dialogado com todas e todos. Todas e todos são donos e donas e devem se sentir responsáveis pelo empreendimento, iniciativa econômica ou arranjo econômico.

Solidariedade

O termo vem de “sólido e consistente” (*solidus, em latim*). Do adjetivo derivam o substantivo *solum* (fundamento e apoio) e também os verbos *solidare* (consolidar, segurar, fazer sólido) e *solidescere* (fazer-se sólido, consolidar-se).

Nos dias de hoje entendemos solidariedade como um ato de bondade e compreensão com o próximo ou um sentimento, uma união de simpatias, interesses ou propósitos entre os membros de um grupo.

Trazendo para nossa realidade:

Nos empreendimentos, essa palavra, toma uma dimensão, que vai desde ajudar o outro e a outra com bens materiais, até a compreensão com a situação do outro e da outra, por exemplo que chegou atrasado, de como vamos compreender isso, em dividir as informações, em levantar o outro e a outra moralmente. Abrange ao redor, no território, onde o empreendimento de economia solidária está inserido, equipamentos sociais, movimentos que possam fazer ações solidárias de fortalecimento e de união.

Cooperação

O termo vem do Latim COOPERARI, “trabalhar junto”, de COM, “junto, com”, mais OPERARI, “trabalhar”. É uma ação conjunta para uma finalidade, objetivo em comum. Cooperação é uma relação baseada entre indivíduos ou organizações, utilizando métodos mais ou menos consensuais.

Quando se faz parte de um coletivo, é tu saber que pode contar com o outro e a outra, e que podemos contar com todas e todos, é trocar a competição por cooperação.



Trazendo para nossa realidade:

Por exemplo: quando encontramos alguém que faz o mesmo produto, não olhar como concorrente, mas como uma potencial parceira, em troca de técnicas, de saber aonde tem o insumo mais barato, e dessa relação sair como resultado a ação de compra coletiva, aonde eu e ela saímos ganhando, podendo comprar mais e pagar mais barato, numa encomenda grande, podemos nos juntar para dar conta. É um olhar no coletivo, no SERMOS, e juntas e juntos na prática irmos transformando essa cultura do individualismo, para uma solidária e humana.

Cuidado com o meio ambiente

Essa ideia deve permear/orientar todas as nossas ações, é termos nítido de que a natureza não está descolada de nós e que todas as nossas ações refletem nela e que resulta em nós, através das catástrofes ambientais e até pandemias, como estamos vivendo.

Trazendo para nossa realidade:



Este tema é o principal da produção na economia solidária. Construimos na prática do dia a dia, nos planejamentos, e isso vai desde o separar o lixo, até pensar formas de dar uso ao resíduo produzido através da produção no coletivo, até as ideias para confecção de produtos ou na prestação de serviços, na entrega do produto, qual embalagem? Devemos ter sempre em mente, estratégias para a diminuição da compra de insumos para produção, quando tiver de comprar: darmos preferência para comprar no comércio local, para insumos de qualidade, com procedência, de preferência que não seja produzido a partir do petróleo, como: E.V.A, TNT, esse tipo de insumo, não devemos comprar, usamos, se for para reciclar de outros, na alimentação, também buscar, produtos agroecológicos, produzidos pela agricultura familiar ou de assentamentos. Devemos pensar em produtos e manejos que deem a sua contribuição para o cuidado com o meio ambiente, que valorize o saber popular, que resgate a nossa cultura, e que isso se expresse no maior valor, quando for expresso em um produto ou prestação de serviços.

Consumo Consciente

Este valor, esta prática, é parceira do cuidado com o meio ambiente e também do desenvolvimento local resultando em justiça social e econômica, e devemos fazer o possível para levá-la a todos os âmbitos da nossa existência humana em relação a nossa co-vivência no planeta.



Trazendo para nossa realidade:

Devemos assumir na pratica do dia a dia, enquanto ser humano individual, e enquanto ser humano coletivo certos critérios para o consumo: Realmente preciso disso ou desse serviço? Quem está vendendo? Da onde vem? Como é produzido? Que tipo de resíduo (lixo) gera depois de consumido? Para aonde meu dinheiro está indo, quando eu consumo isso?

Refletir sobre essas questões na hora do consumo é primordial para uma relação aonde você se torna protagonista do seu consumo e não simples marionete de tendências da mídia e do mercado.

Trocas é uma prática dentro do consumo consciente, que não usa como mediação o dinheiro, pode usar uma moeda local, ou troca direta entre as partes interessadas. Essa prática é importante ser fomentada sempre que for possível no âmbito do coletivo, ou até mesmo espalhando pelos equipamentos sociais da comunidade, é uma prática de relação econômica baseada no valor da necessidade, no valor real do produto ou serviço para as pessoas que estão trocando. Trabalha a questão do cuidado com o meio ambiente, quando dá novos usos a produtos que estavam em desuso. Essas duas práticas do consumo consciente trabalham uma cultura de responsabilidade com aquilo que eu consumo e adquiero.

Finanças Solidárias

Instrumento e estratégia de finanças coletivas, é um outro jeito de se olhar as finanças, não mais como um bolo que cresce pra mim, mas sim como um bolo coletivo, que cresce para todas e todos, e que o objetivo não é crescer e acumular, mas ir podendo dar subsidio para os coletivos e fortalecer as práticas citadas acima. Não existe só uma estratégia ou instrumento de finanças solidárias, vou falar de três tipos, mas existem outras experiências com outros nomes:

1) Fundo do grupo: além do caixinha mensal, pode-se acordar por exemplo: que 10% nós vamos guardar e quando tiver tanto vamos colocar chuveiro na casa das pessoas, porque a maioria não tem, foi vislumbrado um problema de todas e todos e que pode ser atendido coletivamente. É importante ter um tema uma demanda que agregue a todas e todos, sempre em acordo e máxima transparência.

2) Fundo Solidário: é quando organizações sociais se organizam para instituir um fundo a partir de captação de recurso externo ou de mensalidade mensal dos associados ou de promoção de evento específico para sua monetização. O Fundo será gerido pelas pessoas dessas organizações, serão construídos critérios para acesso ao credito e também forma de retorno do recurso, sempre se pautando nos nossos valores construídos coletivamente e não nos do mercado tradicional financeiro.

3) Banco Comunitário de Desenvolvimento: são organizações autogestionada de cunho financeiro, que tem como princípio o desenvolvimento local através do fomento das potencialidades culturais e econômicas do local. Canalizar recurso financeiro do pagamento de contas do local para o Banco Comunitário, para ser gerido pela própria comunidade implementando as demandas da comunidade. Fomentar e articular as iniciativas econômicas para compra coletivas, organização de estratégia de divulgação do comércio local. Apoio as iniciativas econômicas.





Pontos Populares de Trabalho como possibilidade de organização associada

Fernanda Schutz

A fé na vida, o amor pelo povo, o sonho da liberdade e a fraternidade universal formam a força interior que impulsiona o militante, principalmente nos momentos da dor, da dúvida e das derrotas.

Ranulfo Peloso.

PONTO POPULAR DE TRABALHO (PPT)

É uma ferramenta que visa promover a organização do trabalho de forma coletiva, prezando pelos princípios de cooperação, se mostrando uma possibilidade viável para trabalho de base e geração de trabalho e renda, contribuindo como alternativa para enfrentar os dilemas vividos pelos trabalhadores e trabalhadoras desempregadas, desalentados, informais, em consequência de uma política econômica que privilegia as classes dominantes em detrimento da classe trabalhadora. Ao se apresentar como apoio para geração de trabalho e renda, os PPTs são uma oportunidade para trabalhadoras e trabalhadores em situação de vulnerabilidade social e econômica de terem acesso aos meios de produção e de ter uma renda decente, bem como, ter um espaço que permita exercitar uma nova visão de gestão e trabalho.

Do ponto de vista institucional o MTD travou uma luta e encontrou eco na Assembleia Legislativa/RS onde aprovou a Lei no final de 2018, sancionada em 2019: **LEI Nº 15.252, DE 17 DE JANEIRO DE 2019”**.

Art. 1º Esta Lei institui a Política Estadual de Pontos Populares de Trabalho no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A Política Estadual de Pontos Populares de Trabalho tem por finalidade a inserção produtiva de trabalhadores, em especial os desempregados, impulsionando a organização e estruturação de empreendimentos econômicos populares, de forma autossustentável e autogestionária, articulando suas ações com as políticas de combate à pobreza extrema e de fomento à economia da cooperação, com a garantia da participação da sociedade civil na definição de suas diretrizes e no acompanhamento e avaliação da sua execução.

Parágrafo único. Os Pontos Populares de Trabalho são espaços públicos ou privados, mantidos pelo Estado, destinados à inserção produtiva dos beneficiários, onde são articuladas as diversas políticas públicas e programas redistributivos, de qualificação profissional, de economia popular solidária, de microcrédito produtivo orientado, numa concepção e metodologia que articulam as políticas de assistência com as de formação e de inserção produtiva, visando a prevenir ou minorar a exclusão social e produtiva e a exercitar novas relações econômicas e sociais, numa concepção estrutural, econômica e social de solidariedade, participação, autonomia, equidade e de reconhecimento e respeito aos direitos individuais e coletivos dos cidadãos.

O PPT é uma ferramenta para reivindicar o direito ao trabalho, direcionado para empreendimentos econômicos centrados no trabalho coletivo e para a inclusão produtiva, buscando atender demandas e direitos como trabalho, produção e comercialização de bens e serviços para geração de renda, conhecimento e acesso aos direitos de cidadania. Além disso, busca ser um espaço de promoção e articulação para educação com ações de escolarização, ciranda e educação infantil, podendo ainda ser um espaço que atenda demandas de jovens e adolescentes para o turno inverso da escola.

Esta proposta se insere no campo de iniciativas que buscam propiciar oportunidade de trabalho, geração de renda, qualificação profissional, desenvolvimento social das trabalhadoras e dos trabalhadores que já estão organizadas em grupos de trabalho coletivo, bem como tem interesse em formar um. A proposta estrutura-se num trabalho focado no desenvolvimento das dimensões humanas e materiais, as duas complementares e necessárias a um processo de organização de trabalho coletivo e promoção da autonomia das pessoas. A dimensão humana buscará minimizar os efeitos de uma sociedade desigual, que gera desemprego para uns e cria oportunidade de trabalho a outros e outras, desenvolvendo atividades de cidadania, acesso a direitos, debate em torno das relações sociais e de trabalho. A dimensão material objetiva apoiar e propiciar aos grupos equipamentos e máquinas de trabalho, matéria-prima, apoio ao deslocamento, auxílio para as envolvidas, bem como um espaço onde se possam desenvolver as atividades de trabalho e de formação social. Outra questão importante é a identificação e oportunidade de inserção produtiva para as envolvidas e o apoio para constituição de empreendimentos econômicos.

A proposta visa estimular uma nova cultura de trabalho e de se fazer ações sociais, assentada em valores como solidariedade, participação, autonomia, equidade, e acima de tudo, reconhecimento e respeito aos direitos individuais e coletivos dos cidadãos e das cidadãs.

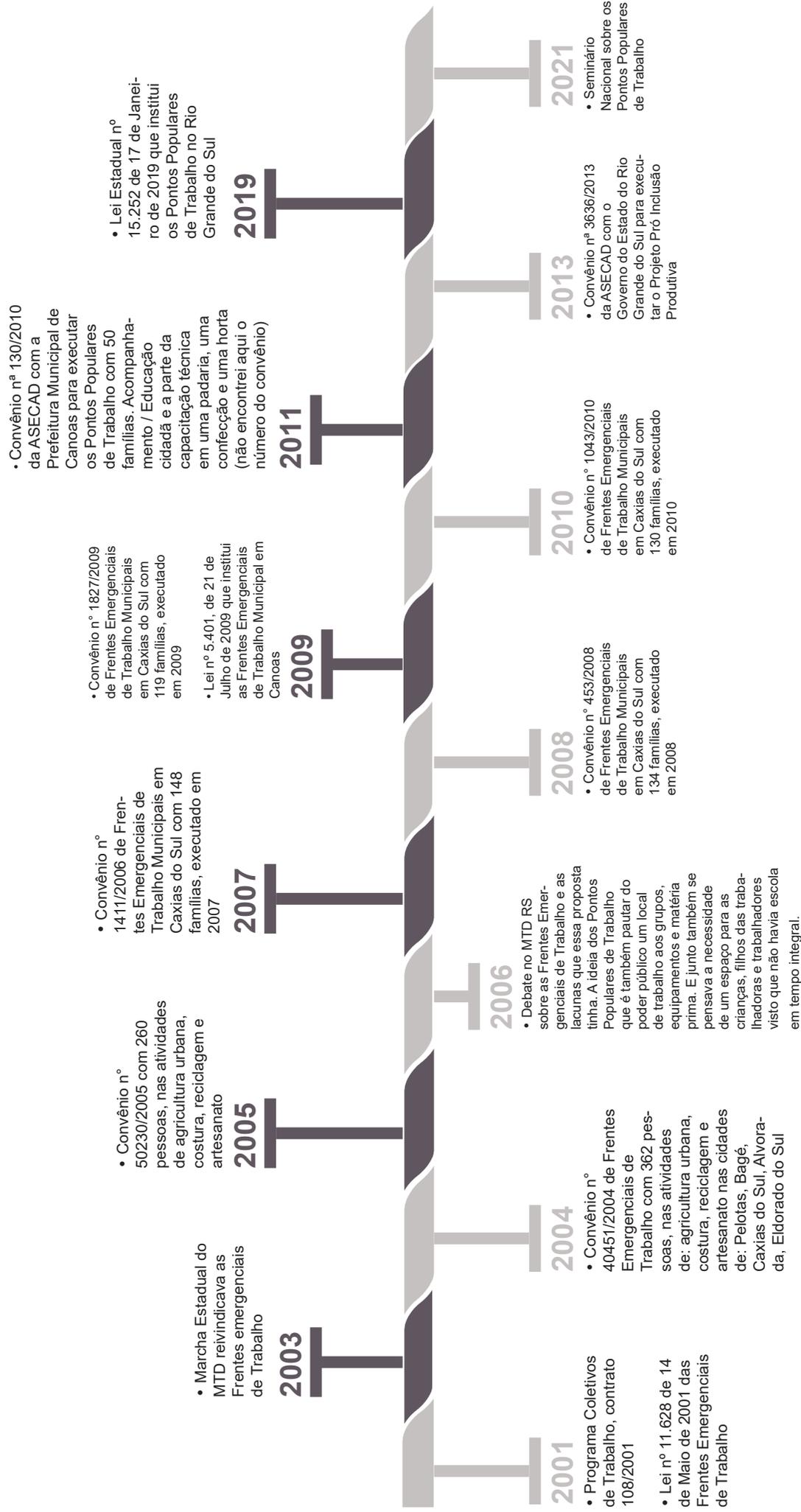
▶ **A Educação Popular** é a marca da metodologia a ser utilizada durante os processos previstos neste projeto. Desde o mapeamento, abordagem, vinculação, formação e organização de grupos de trabalho/produção, até a reorganização de grupos já existentes que acumulam boa experiência de trabalho coletivo. Trata-se de uma metodologia dialógica, participativa, crítica e transformadora que valoriza o desenvolvimento de dentro para fora. A partir, desses princípios, onde os sujeitos interagem diretamente nos processos formativos e de organização dos grupos de produção. Daí os debates, a escuta das demandas, do reconhecimento dos potenciais e sonhos de cada participante para a construção das propostas práticas. Os saberes e acúmulos organizativos de cada participante e grupos são fundamentais para o sucesso do PPT. Desta forma será necessário elaborar uma proposta de ação, levando em conta as demandas de cada grupo, de deslocamento para espaço, utilização dos maquinários e da própria utilização do espaço.

Outro elemento importante de ser pensado é sobre o processo de avaliação, pois isto é necessário de ser feito junto à comunidade e das pessoas envolvidas como um o espaço aberto. Assim, as atividades serão acompanhadas de um momento coletivo de avaliação. Além disso, os momentos de avaliação são para acompanhar o desenvolvimento e andamento das ações propostas, monitoramento dos resultados esperados, buscando, quando necessário, soluções coletivas, por meio da construção de consensos para desafios, questões que não foram contempladas.

Neste contexto os PPT destina-se a dialogar com esses temas, informando, formando e organizando a população visando criar condições para inserção em projetos de inclusão produtiva, bem como, criando processos de trabalho coletivo com os grupos de produção organizados.

Assim, a implantação e retomada dos Pontos Populares de Trabalho justifica-se, na medida em que colabora para gerar impactos em ao menos quatro pontos centrais: Apoio para geração de trabalho e renda; Combate à violência; Geração de vínculos; Desenvolvimento humano e econômico.

Pontos Populares de Trabalho - PPT



• Lei nº 6.585 de 06 de Setembro de 2006 do município de Caxias do Sul que institui o Programa de Frentes Emergenciais de Trabalho Municipal



MÓDULO 2

ORGANIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE GRUPOS DE TRABALHO COLETIVO:

Sensibilização, mobilização, (re)conhecimento da realidade e gestão de grupos

O conteúdo do Módulo 2 (dois), em seu conjunto de 3 (três) encontros, traz elementos que refletem princípios, valores e práticas necessárias para a organização, consolidação e manutenção de grupos e coletivos que buscam autonomia na geração de trabalho e renda baseados na Economia Solidária.

O Primeiro encontro afirma que “a formação de grupos de trabalhos coletivos são as sementes que queremos germinar e nutrir com democracia e respeito”. O segundo encontro é um convite para pensar a organização a partir da realidade concreta das pessoas, dos coletivos e da comunidade. Para que aja um engajamento das pessoas é preciso que se desperte nelas a atenção, interesse e desejo para que tenham uma atitude proativa.

Assim, o encontro 3 (três) demonstra a experiência de ação e gestão de um empreendimento coletivo, chamando a necessária atenção para um olhar carinhoso e efetivo para a gestão, pois ao organizar um coletivo de trabalho que busca ser gerido via autogestão/cooperação/trabalho associado com divisão igualitária dos resultados e tarefas é o grande desafio atual, já que estamos diante de uma experiência diferente e pouco vivida, o trabalho associado.



Formação e organização de Grupos de Trabalho Coletivo

Letícia da Silva Balester

Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres.

Rosa de Luxemburgo

No atual cenário político, econômico, social e sanitário que vivemos, pensar Grupos de Trabalho Coletivo na perspectiva da economia solidária é honroso, pois estamos sendo resistência e pavimentando o futuro que queremos viver, mesmo que este ainda seja incerto estamos juntos e juntas construindo uma sociedade mais digna e solidária.

Acredito que para pensarmos o futuro, precisamos visitar nosso passado, pois há em nossa história pistas importantes nesta linha do tempo. Trarei dois momentos da humanidade que avalio como relevantes para verificarmos estas possibilidades: um é os bandos de coletores-caçadores e o neoliberalismo.

Iniciando pela **sociedade de caçadores-coletadores**, neste momento da história as pessoas viviam em bandos sendo produtores de seus alimentos e de outros itens importantes para sua sobrevivência. Os itens que não tinham capacidade de produção, realizam **trocas com a premissa da reciprocidade**. Em linhas gerais podemos perceber que **o acúmulo e competitividade não eram ações comuns a estes coletivos**. Há também indícios de que esta **sociedade atuava de maneira igualitária entre os gêneros**, se diferenciando também das relações que vivenciamos na sociedade atual. Vale ressaltar que aqui não estou fazendo uma avaliação de caráter, mas sim de relações entre pares e formas de acesso a produtos para sanar as necessidades e relações comunitárias. A título de curiosidade, apesar de todo desenvolvimento tecnológico, mais de 90% da alimentação que sustenta a humanidade é advinda de espécies domesticadas por nossos ancestrais há quase 10.000 anos como trigo, milho, arroz, batata, painço e cevada.

Dando um salto na história, **chegamos aos dias atuais**, nos quais o neoliberalismo rege as relações da sociedade, tanto no trabalho, na política, na economia refletindo na vida dos indivíduos em várias esferas de sua existência. Aqui, de forma brevíssima trago a teoria do capital humano o qual é alicerçada na meritocracia e competitividade, sendo estes aspectos auto explicativos. A toxicidade destes aspectos pode ser interpretada nas precárias relações de trabalhos que hoje assistimos com facilidade em diversos âmbitos, mas que pode ser materializado num dado alarmante: no Brasil, a depressão é o 3º motivo de afastamento do trabalho. Isso é um diagnóstico contundente das relações de trabalho e prejudicial forma que a sociedade se comporta no acesso a bens e serviços disponíveis para sua existência em sociedade.

Assim, quando dizemos que a economia solidária é uma estratégia real de transformação social, econômica e política, a possibilidade de resgatar práticas ancestrais para que possamos

viver de forma digna e respeitosa neste planeta. Logo, a formação de grupos de trabalhos coletivos são as sementes que queremos germinar e nutrir com democracia e respeito.

Os coletivos de economia solidária materializam, uma forma alternativa ao sistema hegemônico, com a junção de pessoas que compartilham de interesses em comum, na busca de geração de trabalho e renda aliada às práticas voltadas ao desenvolvimento humano. Ainda, vale ressaltar que movimentos sociais organizados são elos essenciais da sociedade civil com políticas públicas e o Estado.

Muitos estudos e pesquisas sobre economia solidária foram desenvolvidos e aqui eu trago dados do mapeamento realizado em 2008 no Rio Grande do Sul com os empreendimentos geradores de renda, o qual apresenta que: 52% associações, 36% grupos informais, 10% cooperativas e 2% outras formas, como sociedades mercantis.

Independentemente de seu formato jurídico ou informal do coletivo de economia solidária, os princípios, como a autogestão, solidariedade, cooperação, dimensão econômica devem estar presente em suas práticas cotidianas.

Apesar dos coletivos de economia solidária atuarem de maneira distinta ao sistema predominante, estes estão sujeitos às leis gerais deste sistema. O que isso quer dizer que independente do seu caráter político e emancipador, os coletivos serão enquadrados nas mesmas regras que outras organizações. Por exemplo, se uma cooperativa de trabalho da economia solidária não vender nenhum produto durante meses terá seus impostos devidos, mesmo que tenham trazido outras contribuições sociais a sociedade e a seu coletivo. Essa é a gangorra dos direitos e deveres, porém esta não se sensibiliza com as necessidades diferentes de cada um e cada uma.

Para definir a personalidade jurídica de um coletivo de economia solidária deve-se levar em consideração o produto ou serviço a ser comercializado, número de pessoas envolvidas, pois o processo de formalização exige procedimentos como constituição formal do empreendimento e isso gera despesas e contratação de prestadores de serviços contínuos com contador.

Aqui, trago as principais características das cooperativas e associações, mas vale fazer uma pesquisa completa para cada tipo de constituição conforme a necessidade do coletivo.

Principais Características de Cooperativas conforme Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971¹

1 ***É uma sociedade de pessoas, no caso das cooperativas de trabalho, o número mínimo necessário para sua constituição será de 7 (sete) associados.***

Pode ter um número ilimitado de cooperados.

3 ***O controle é democrático: uma pessoa = um voto.***

4 ***Nas assembleias, o “quorum” é baseado no número de cooperados.***

Constitui-se por intermédio da assembleia dos fundadores ou por instrumento público, e seus atos constitutivos devem ser arquivados na Junta Comercial e publicados.

5

Aspectos relevantes de associações conforme **LEI No 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999**².

Art. 1º Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 3 (três) anos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei. *(Redação dada pela Lei nº 13.019, de 2014) (Vigência)*

§1º Para os efeitos desta Lei, considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social.

Seguindo, **os grupos informais** são coletivos de economia solidária, tão legítimos quanto as cooperativas e associações, porém sua constituição não está estabelecida pelas leis supracitadas. Assim, os coletivos informais possuem em seu processo os princípios de economia solidária e se utilizam de instrumentos importantes de constituição de coletivos como regimento interno, atas de reuniões, assembleias, entre outras ferramentas que julgarem necessárias ao bom funcionamento de suas atividades.

Independente do formato do grupo de trabalho destaque algumas ações importante para o bom funcionamento deste, tais como: estabelecer rotinas de trabalho, organização interna do grupo de trabalho, atribuições de tarefas, compartilhamento de informações.

Talvez seja óbvio, mas é necessário apontar que coletivos são formados por pessoas e estas possuem subjetividades, e uma vez que queremos fazer outra sociedade, também precisamos fazer diferente nestes coletivos. O respeito as individualidades e questões identitárias são essenciais para o bom convívio dos envolvidas e enriquecem o debate e fortalece os elos.

¹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112690.htm - acessado em 07 de setembro de 2021.

² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9790.htm - - acessado em 07 de setembro de 2021.





Possíveis ferramentas para reconhecimento da realidade

Lurdes Marta Santin

Ninguém cria outro mundo como num toque de mágica, mas que este mundo desejado também nunca acontecerá se não houver um primeiro passo hoje e um segundo amanhã para sua construção. A espera com esperança é uma espera ativa e propositiva.
Paulo Freire

A busca para responder quais são as possíveis ferramentas para reconhecer a realidade podemos encontrar na concepção e princípios da **Educação Popular**.

CONCEPÇÃO: *“Entendo a Educação Popular como o esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares para o exercício do poder que necessariamente se deve conquistar”, (Paulo Freire). Ou seja, o exercício coletivo e intencional de contribuir com a preparação das pessoas para serem protagonistas, desvelar e entender a realidade social e comprometer-se com sua transformação.*

PRESSUPOSTO: *Precisamos partir da ideia de que se queremos trabalhar com o povo, intencionados e intencionadas a transformar a realidade com sujeitos e sujeitas, é fundamental – “Reaprender de novo: Se você pretende começar um trabalho com grupos populares, esqueça-se de quase tudo o que lhe ensinaram. Dispa-se, fique nu e comece a se vestir de povo. Esqueça-se da falsa sabedoria e comece a reaprender de novo. Aí é que a gente descobre a validade do que já se sabe – ao testar o que a gente sabe com o que o povo está sabendo,” (Ranulfo Peloso).*

Intencionados, intencionadas a transformar a Realidade, de forma coletiva, precisamos nos perguntar: **O que é a REALIDADE?**

“ A realidade se dá a mim na “relação dialética” entre objetividade e subjetividade. Fora desta compreensão e deste respeito à sabedoria popular, à maneira como os grupos populares se compreendem em suas relações com o seu mundo, a minha pesquisa só tem sentido se a minha opção política é pela dominação e não pela libertação dos grupos e das classes sociais oprimidas. ”

(FREIRE, 1999, p.35).

Paulo Freire nos propõem a olhar para a realidade na relação dialética entre a Objetividade e Subjetividade. Dialética pressupõem a arte do diálogo, a arte de debater, de persuadir ou raciocinar. É um debate onde há ideias diferentes, onde um posicionamento é defendido e contradito logo depois. A dialética propõe um método de pensamento que é baseado nas contradições entre a unidade e multiplicidade; o singular e o universal; o movimento da imobilidade, considera que os movimentos históricos ocorrem de acordo com as condições materiais da vida, os modos de

3
produção e a luta de classes. Ou seja, pensar dialeticamente é debruçar-se com afinco, respeito e profundo diálogo com Sujeitas/os, protagonistas, pressupõem crença nas pessoas com as quais buscamos ler, interpretar para incidir de forma a transformar a realidade vivenciada.

É fundamental entender que a Realidade é composta de Objetividade e subjetividade



É fundamental entender que a Realidade é composta de Objetividade: A materialidade da Vida, aquilo que se vê, se apalpa, se constata. Constatação é aquilo que ninguém precisa pesquisar, está diante dos olhos, mas é preciso ver que implicações se tira da constatação. O mais importante de uma constatação é encarnar essa constatação com todas as consequências e implicações.

E, é composta também a realidade de Subjetividade: caracterizada como algo que varia de acordo com o julgamento de cada pessoa, consistindo num tema que cada sujeito pode interpretar da sua maneira, que é subjetivo. Subjetividade é formada através das crenças e valores do indivíduo, com suas experiências e histórias de vida.

Compreender a Realidade assim, é aceitar que não estou só no mundo e isso exige - saber ouvir - A implicação profunda e rigorosa que surge quando encarno que não estou só é exatamente o direito e o dever de respeitar no outro e na outra o direito do outro e da outra dizer a palavra.

Isso significa então, que é preciso também saber ouvir. Na medida, em que partimos do reconhecimento do direito do e da outra de dizer a palavra, falamos porque, então, fazemos mais do que falar para outrem, falamos com outros e outras. Só é possível falar COM se ouvimos primeiro.

Vale lembrar que

São as experiências que vão moldando o aparato humano cognitivo. Assim cabe perceber que o papel do e da educadora social é problematizar e incentivar o processo investigativo científico. “O entendimento sobre a realidade traz a compreensão do mundo, de como se dá a relação entre liberdade e dominação”, segundo Freire (1999, p. 35). Para o autor, a conscientização é, neste sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se “desvela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em “estar frente à realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. (FREIRE, 1979, p. 15). A Educação Crítica no Brasil.

Precisamos, ainda lembrar, que apenas sujeitos e sujeitas com **Autonomia** podem incidir na realidade, no entanto a autonomia enquanto amadurecimento do ser para si é processo, é vir a ser. Não ocorre em data marcada. É neste sentido que uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitosas da liberdade. (FREIRE, 2010, p. 107) Pedagogia da Autonomia.

Construir processo que viabilizem O “*ser mais*”, incita nos sujeitos e sujeitas o ato, a força, a coragem de se potencializarem enquanto indivíduos. “Faz-se necessário a criação de espaços de ação-reflexão, reflexão-ação que propiciem que o “*ser mais*” se emancipe, pois este, está inscrito na natureza dos seres humanos” (FREIRE, 2010, p. 75). Ped Autonomia.

Esse processo exige o princípio de que: Ninguém sabe tudo ninguém ignora tudo. Isto equivale dizer que, em termos humanos, não há nem sabedoria absoluta, nem ignorância absoluta.

O fundamental é que minha contribuição, dxs dos e das educadoras sociais só é válida, na medida em que é capaz de partir da realidade concreta em que o povo está e, portanto, aprender com ele. Se não for assim, a contribuição de nada vale ou é muito pouca. Independente das técnicas, o que vale é o princípio: estar com o povo e não simplesmente para ele e jamais sobre ele. Isso é o que caracteriza a postura libertadora.

O trabalho concreto exige capacitação em vários campos. Porém, o fundamental é a coerência com nossa opção política. Por causa dela corre-se risco. Educação libertadora ou é aventura permanente ou não é criadora. E não há criação sem risco; e o que temos a fazer é reinventar as coisas, (Ranulfo Peloso).

Para Re-Conhecer a Realidade é preciso PRÁXIS

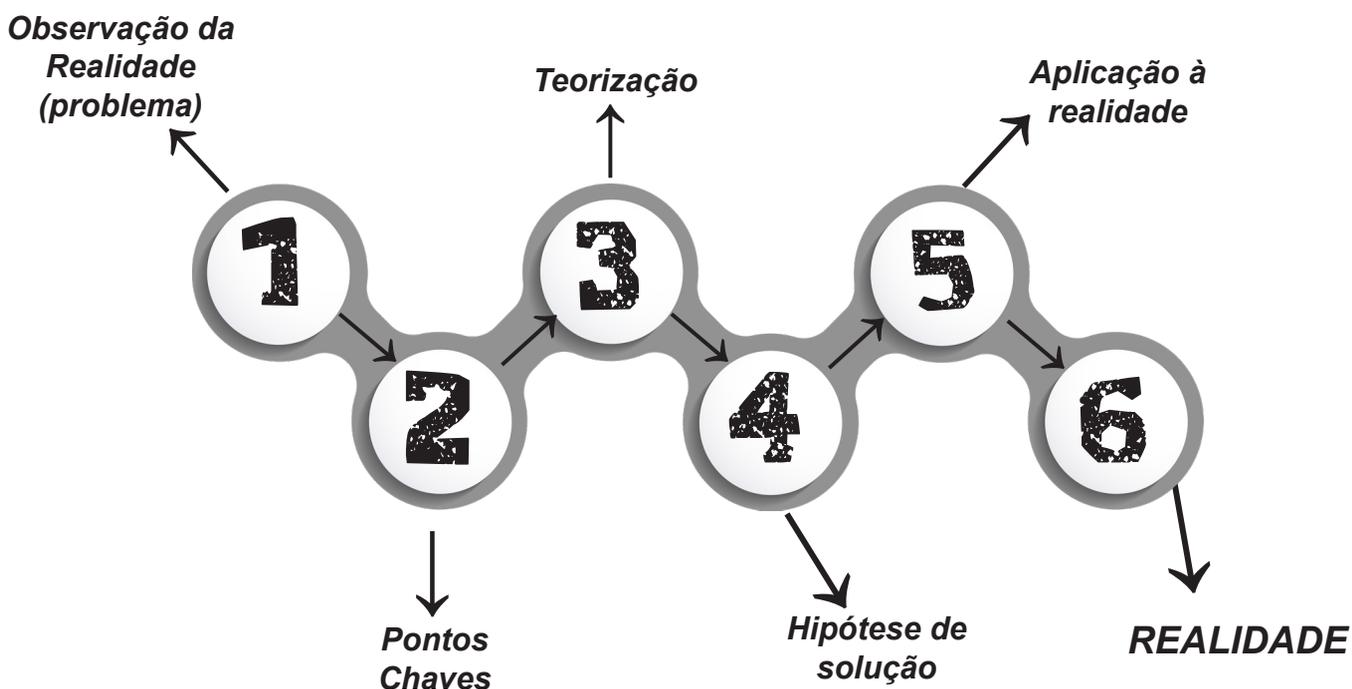
PRÁXIS

TRANSFORMADORA: AÇÃO  REFLEXÃO  AÇÃO

Não basta apenas a **TOMADA DE CONSCIÊNCIA** através da vivência das contradições da sociedade. Esse primeiro nível de percepção das contradições deve aprofundar-se em níveis problematizadores da realidade rumo à práxis transformadora das estruturas sociais que os oprimem.

“Práxis pode ser compreendida como a estreita relação que se estabelece entre um modo de interpretar a realidade e a vida e, a consequente prática que decorre desta compreensão levando a uma ação transformadora.”

REALIDADE:



Considerando que o **Ser Humano é Ser de Relações** – a Autonomia é construída na intersubjetividade e a superação das situações limites só poderá ser feita através de processos coletivos.

A conscientização implica várias dimensões: a política – a ética – o acreditar na possibilidade da mudança. Só se movimenta quem acredita na possibilidade de fazer algo acontecer.

O papel das e dos Educadores e das Educadoras Sociais é:

1

Despertar o DESEJO – Qual a necessidade? Partir da realidade concreta, vivida pelas pessoas envolvidas – interpretação da realidade.

2

Transformar em Ação – Apontar o “Inédito Viável”. O “inédito-viável” é na realidade uma coisa inédita, ainda não nitidamente conhecida e vivida, mas sonhada e quando se torna um “percebido destacado” pelos que pensam utopicamente, esses sabem, então, que o problema não é mais um sonho, que ele pode se tornar realidade.





A gestão do nosso grupo trabalho e renda: o que e para quem produzimos; como nos organizamos; quais nossos recursos e parcerias

Vinicius Moreno

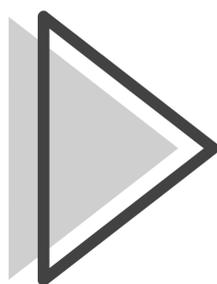
O valor é o valor do produto social, da atividade coletiva conjunta de todos os membros ativos da sociedade.

Paul Singer

Para que um grupo tenha resultados concretos e impacte na vida das pessoas envolvidas é necessário um olhar especial para a sua gestão, pois ao organizar um coletivo de trabalho que busca ser gerido via autogestão/cooperação/trabalho associado com divisão igualitária dos resultados e tarefas é o grande desafio atual, já que estamos diante de uma experiência diferente e pouco vivida, o trabalho associado.

O QUE É GESTÃO

Quando pensamos em gestão, muitas vezes falamos de dinheiro, recursos financeiros, de como guardar, como gerir, só que gestão é mais que apenas cuidar dos recursos financeiros. Gestão tem a ver com: administrar, gerir, decidir, dirigir, coordenar, planejar, conduzir.



A gestão é um ramo das ciências humanas por se tratar da condução de grupo de pessoas, procurando manter a sinergia entre elas, a estrutura organizativa e os recursos existentes. As funções de quem gere são, em princípio, estabelecer as metas e resultados a serem alcançados, através do planejamento, analisar e conhecer os problemas a enfrentar e como solucioná-los, organizar recursos financeiros/humanos/tecnológicos, ser comunicador, um líder, tendo de dirigir e motivar as pessoas, tomar decisões precisas e avaliar, pensando o todo e suas inter-relações.

Para nós, do MTD, a gestão vai além de dizer quais são as metas e resultados. Tem a ver com a forma de tomar as decisões, quais ações serão feitas, planejar coletivamente (determinando os resultados e metas esperados) e vislumbra quem irá executar, buscando maior integração do grupo e menor hierarquização dentre as múltiplas tarefas. Ou seja, a gestão é um processo coletivo em que o planejamento e definições de metas e resultados, ações e responsáveis são definidos coletivamente, partindo do compartilhamento e do comprometimento acordado. Seguindo esses princípios, buscamos assumir o modelo da autogestão, da autorganização, onde quem decide também é quem executa, fazendo toda diferença no envolvimento e sentimento de pertença.

A forma e o processo coletivo são construídos ao caminhar, identificando momentos de planejamento e avaliação, decidindo quais instrumentos serão usados para apoiar na tomada de decisão do grupo. Por isso, escolhemos o modelo de autogestão, como a referência para a organização dos Pontos Populares.

E O QUE É AUTOGESTÃO?

“ A Autogestão é um conjunto de práticas democráticas e participativas nas decisões estratégicas e cotidianas do empreendimento. Assim, a autogestão é um sistema cujo funcionamento está intimamente ligado à participação do/a trabalhador/a.³ ”

Esses são alguns exemplos de instrumentos que podem ajudar e colaborar na autogestão como prática de organização e tomada de decisão coletiva nos Pontos Populares de Trabalho. Outros elementos importantes são:



- O grupo deve **ter uma coordenação**, acompanhada por um ou mais militantes da coordenação municipal, garantindo princípios, valores e linha política do MTD. Este grupo deve presar pela coesão e capacitação técnica da equipe de trabalho, visando maior aprimoramento e especialização das tarefas para termos produtos com grande qualidade e maior excelência nos serviços prestados. Quem está inserido do PPT são as pessoas orgânicas no grupo de base.
- A **divisão de tarefas** neste grupo é fundamental, já que estamos falando de empreendimentos/trabalho que visam ter resultado destinado para o funcionamento geral do movimento, e remunerando bem as pessoas que estão trabalhando. Os PPTs podem ter prestadores de serviços fora do movimento, mas, também, pessoas com tarefas fixas na equipe/coletivo.
- Quem **participa** dos PPTs são **pessoas que tem vida orgânica** nas diferentes formas de Grupo de Base do MTD – GB Ocupação; GB Mulheres; GB Jovens; Grupo de Estudos...; participando das ações de luta, de solidariedade, de formação...
- É importante ter **rotatividade nas atividades** remuneradas dos PPTs que prestam serviços esporádicos ou na produção descontinuada para todos/as da base possam ter acesso ao trabalho e à renda.
- **Realizar frequentemente reuniões de formação técnica** para maior aprimoramento do trabalho e excelência na prestação de serviços - obrigatórias para poderem trabalhar. Exemplo, realizar cursos técnicos em outros locais e aulas internas mensais de capacitação.
- Fazer periodicamente **avaliações e prestação de contas**.

QUE FERRAMENTAS PODEMOS USAR PARA CONCRETIZAR A AUTOGESTÃO?

Em termos de decisão e planejamento: Reuniões periódicas e sistemáticas; Registros dos encaminhamentos e as decisões tomadas, com a definição dos responsáveis e prazos e Regimento interno.

Em termos de gestão de recursos financeiros: Controle de entrada e saída de dinheiro: caixa, fluxo de caixa; Controle de estoque; Controle de vendas; Controle de contas a pagar; Controle de contas a receber.

Em termos de gestão das relações pessoais e profissionais: Divisão de tarefas: estabelecida coletivamente; Rotatividade na execução das tarefas e Transparência dos dados e informações sobre os resultados do empreendimento.

³ FAVARIN, Roque Ademar; SOARES, Ediane Aparecida; HERDT, Moacir (Org). Outra economia em nossas mãos. Florianópolis: Cáritas Brasileira Regional Santa Catarina, 2011.



MÓDULO 3

ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO COLETIVA, JUSTA E SOLIDÁRIA:

A comercialização coletiva local e regional em tempos de pandemia

O terceiro e último bloco desta cartilha percorre, através de experiência vivenciadas por grupo consolidados, o caminho estratégico da organização de Redes, comercialização e consumo consciente.

O primeiro encontro traz a reflexão da possibilidade de mudar um território quando se desenvolve redes de solidariedade comprando e investindo no local onde a vida acontece.

O segundo encontro trabalha, de forma técnica e didática, os elementos fundamentais para desenvolver a comercialização de um empreendimento. O último encontro, descreve a experiência concreta de uma cooperativa de consumo.

O terceiro e último bloco desta cartilha percorre, através de experiência vivenciadas por grupo consolidados, o caminho estratégico da organização de Redes, comercialização e consumo consciente. O primeiro encontro traz a reflexão da possibilidade de mudar um território quando se desenvolve redes de solidariedade comprando e investindo no local onde a vida acontece. O segundo encontro trabalha, de forma técnica e didática, os elementos fundamentais para desenvolver a comercialização de um empreendimento. O último encontro, descreve a experiência concreta de um coletivo de consumo.





A importância do território e das redes e cadeias solidárias na comercialização para os Empreendimentos Econômicos Solidários e seus impactos diante do cenário de pandemia

Ana Mercedes Sarria Icaza e Pedro Costa

A cidade é o modo de organização espacial que permite à classe dominante maximizar a transformação do excedente alimentar, não diretamente consumido por ele, em poder militar e este em dominação política.

Paul Singer

1) TERRITÓRIO E ECOSOL

As pessoas se organizam coletivamente para dar conta da vida e a vida acontece vinculada ao lugar onde elas moram. As experiências de economia solidária estão fortemente ancoradas no território, no “espaço vivido”, ou seja, na comunidade, no assentamento, no lugar onde se produz e se mora. É importante se perguntar: onde e para quem as pessoas, os empreendimentos e as organizações compram? Onde e para quem os empreendimentos vendem?

Ao se referir ao lugar onde vivem, as pessoas falam que é um “bairro pobre”, sem perceber que, somada toda a renda e as coisas que as pessoas produzem e compram, há muita riqueza naquele lugar. O problema é que essa riqueza vai embora, não circula no território, pois as pessoas compram fora do onde moram. Assim, é importante lembrarmos que, na verdade, **não há territórios pobres e sim territórios empobrecidos**, onde a riqueza e os saberes saem fora, como um balde furado.

É possível mudar essa realidade e fortalecer o território, fazendo a riqueza circular dentro do mesmo. Desenvolver circuitos locais de produção e consumo, envolvendo a economia solidária e a economia popular. “**Compre no bairro**”, assim se fortalece a economia e a qualidade de vida das pessoas.

Com esta ideia, têm crescido no Brasil múltiplas experiências de iniciativas locais de caráter econômico, ambiental e comunitário. São experiências que desenvolvem a Interação entre os diferentes atores da comunidade, criando fóruns de desenvolvimento local. Também é importante desenvolver a articulação com o território mais amplo: o município, a região. Entender questões como: qual o lugar que esse território ocupa na dinâmica produtiva, ambiental da região? O que os une, qual a cultura? Quais são as políticas públicas de caráter municipal e regional e como elas podem contribuir para o fortalecimento do desenvolvimento daquela comunidade, território ou região?

Entre essas experiências, podemos citar: Bancos Comunitários de Desenvolvimento (há mais de 100 nas diferentes regiões do país), Fundos Rotativos Solidários, Territórios da Cidadania, APLs (Arranjos Produtivos Locais).

2) REDES E CADEIAS NA ECOSOL

O que são Cadeias produtivas? É o encadeamento de atividades sucessivas desde as diversas etapas de produção até a comercialização de um produto. Há uma sequência de atividades a ser observada. Fluxo unidirecional ou bidirecional.

Exemplo de Cadeia Produtiva: Plantação de fruta; transporte para uma (ou mais) agroindústrias; processamento para fazer sucos, geleias, doces; transporte para ponto de comercialização; organização do ponto de comercialização; venda final ao consumidor.

Outras atividades de suporte também fazem parte da cadeia:

- *Retorno de embalagens para a agroindústria;*
- *Organização da distribuição dos resultados financeiros;*
- *Atividades de propaganda e desenvolvimento de embalagens*
- *Contabilidade e apoio jurídico para contratos;*
- *Responsabilidade química/nutricional pelos produtos*

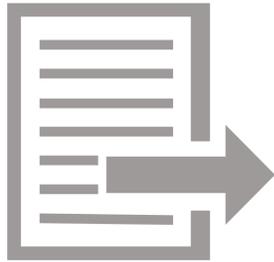
O que são Redes?

São estruturas descentralizadas de cooperação em várias direções e sem necessidade de encadeamento ou sequência de atividades. O Fluxo é multidirecional.

As trocas envolvem uma diversidade de elementos, como:

- *Conhecimento técnico e organizativo;*
- *Máquinas e equipamentos;*
- *Mutirões de trabalho comum;*
- *Venda ou troca de materiais;*
- *Elaboração conjunta de projetos;*
- *Organização política coletiva e pressão por demandas comuns;*
- *Estratégias coletivas de comercialização.*

Exemplo de Rede: Rede Feminista de ECOSOL.



Ações realizadas:

- *Elaboração de projetos conjuntos, em rede, permitindo financiamento coletivo e/ou descentralizado;*
- *Fomento a outras iniciativas coletivas de mulheres, em outros locais/territórios*
- *Produção coletiva de materiais (físicos ou eletrônicos), ou realização de eventos (virtuais ou presenciais) em que há troca de conhecimento, de motivação, de estratégias de trabalho e de comercialização;*
- *Organização política e mais força para pressionar por políticas públicas, financiamento, espaços de comercialização, assistência técnica;*
- *Ao nível territorial, pode envolver outros atores sociais, como universidades, governos, outros movimentos sociais, organizações da sociedade civil, Igrejas, instituições de microcrédito;*
- *Maiores detalhes: <https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/rede-de-economia-solidaria-e-feminista-redes-e-sustentabilidade-para-o-bem-viver>*

3) MODELOS HÍBRIDOS

Há formas de cooperação que vão apresentar características mistas entre ações tipicamente de cadeia ou de rede. Parte das atividades por ter encadeamento sucessivo, de duas ou mais etapas da cadeia, mas não toda. Pode incorporar também articulações em rede que, de diferentes pontos dessa cadeia incompleta desenvolvem ligações laterais.

4) REPRESENTAÇÕES GRÁFICAS (EXEMPLOS)

Território para mapear redes e cadeias



Cadeia Produtiva Sequencial

PRODUÇÃO

BENEFICIAMENTO

COMERCIALIZAÇÃO

Redes



5) VÍDEOS E CARTILHAS



• **Vídeo: A Revolução do Consumo:** <https://www.youtube.com/watch?v=-jWZP997S7TE>



• **Cartilha sobre Circuitos solidários nas periferias do Brasil:** https://www.ufrgs.br/gestaoalternativa/wp-content/uploads/2021/09/Cartilha-Live_-Circuitos-Solidarios-nas-Periferias-do-Brasil.pdf





A comercialização coletiva local e regional, em diálogo com as organizações diversas e políticas públicas

Álvaro Dalatore

*Não espere por grandes líderes; faça você mesmo, pessoa a pessoa. Seja leal às ações pequenas porque é nelas que está a sua força.
Madre Teresa de Calcutá*

EXPERIÊNCIA DA REDE DE COMERCIALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA DO RIO GRANDE DO SUL, MST/RS

➤ O que a história tem a nos ensinar sobre a comercialização:

No atual estágio da luta de classes no campo, é fundamental discutir a função social da terra. Que implica em: Democratização da terra, definição do que se produz e, como se produz? (A serviço de qual projeto econômico, social e político ...).

➤ O desafio: movimento se constituir como força política.

Com a Reforma Agrária Bloqueada pelo Agronegócio (retração na luta pela terra), o assentamento assume o protagonismo e ganha força a ideia do assentamento como força política. Capacidade de influenciar a sociedade e fazer a disputa de projeto político para a agricultura brasileira.

Reforma Agrária Popular: A Reforma Agrária não será resultado da aliança entre os camponeses e o capital industrial, assim como foi na Reforma Agrária do tipo clássica. Ganha força a ideia de que só tem sentido se a Reforma Agrária estiver a serviço da sociedade.

➤ Diretrizes:



Produção de alimentos saudáveis: - ato de se alimentar é um ato político. Buscar a soberania alimentar- diversificação da produção, que os trabalhadores tenham acesso a alimentos limpos. Nova relação com os consumidores. Principalmente os mercados de curto circuito, permite gerar relações mediados pelo valor de uso da produção. Papel dos mercados institucionais.

Desenvolvimento da agroecologia: Produção de alimentos saudáveis e nutricionalmente melhores. Esta é uma das funções sociais da terra-agricultura. Criar as condições para produção em escala, que implica em viabilizar os insumos necessários para garantir a produção. Meio ambiente e recursos naturais: Legado dos camponeses modernos – século XXI. Preservar e recuperar os recursos naturais e a biodiversidade.



Desenvolvimento da cooperação agrícola: Política de fomento da cooperação agrícola, estimulando todas as formas. Considerar a sua relevância política para o movimento.

Nova síntese: Plano Nacional – Plantar Árvores, Produzir Alimentação Saudável.



Organização da Produção e Comercialização.

O que organiza a produção: mercado garantido; preço remunerador; logística – transporte, industrialização e armazenagem. Tudo isso implica no controle da cadeia produtiva.

Para atender o processo de implantação de rede de comercialização destacamos os elementos da estratégia de marketing.. Implica: controle da cadeia produtiva.



Os 4 P's de MARKETING: MARKETING MIX:

PRODUTO, PREÇO, PRAÇA e PROMOÇÃO

PRODUTO

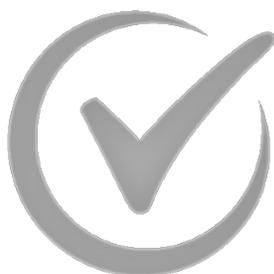
- Produto ou serviço que sua **COOPERATIVA** está disponibilizando no mercado,
- Características e atributos do seu **PRODUTO** ou **SERVIÇO**. Reflexão para ajudar a definir ou mudar.
- Necessidades e/ou desejos que seu produto/serviço deve satisfazer
- Funções que ele deve desenvolver para atingi-las
- Como, quando e onde o/a cliente irá utilizá-lo
- Como ele é fisicamente
- Cores, tamanhos e estilos disponíveis
- Nome, marca
- Como ele se diferencia dos outros produtos e serviços já existentes no mercado
- Serviço de pós-venda: necessidade de atingir os clientes depois da venda, fidelizar

PREÇO

- **VALOR** que será cobrado do/da cliente
- Como será cobrado do/da cliente. Forma de pagamento por parte do/da cliente, podem influenciar no preço?
- Quanto o/a cliente está disposto a pagar pelo que você oferece? Qual o limite de preço?
- Existe a necessidade de criar ações de preço específicas para segmentos de público (pessoas jurídicas, clientes fiéis)?
- Como seu preço se compara ao de seus competidores?
- Lembre-se de que o preço estará intimamente ligado, pela percepção do/da cliente sobre seu produto: marca, qualidade, serviço.

PRAÇA

- Local onde seu produto será comercializado
- Questão é que ele é responsável, especificamente, por como o/a cliente chega até você, aos seus produtos e serviços.
- Entra aqui a questão de canais de distribuição e logística.
- Onde seu público costuma procurar pelos seus produtos e serviços?
- No caso de estabelecimentos físicos (pontos de venda), quais os tipos específicos?
- No caso de estabelecimentos virtuais e online, quais (catálogo, redes sociais)?
- Como a sua empresa organização pode acessar os melhores e mais efetivos canais de distribuição?



PROMOÇÃO

- Promover a sua marca: fazer com que a mensagem de sua marca chegue aos ouvidos certos.
- Refere-se às estratégias que serão utilizadas para a divulgação do produto ou serviço. A comunicação com os clientes. É onde entra a publicidade.
- Transformar sua Cooperativa, de mera desconhecida, em possível solução para necessidades e desejos de um cliente.
- Quando e onde você pode passar adiante, de forma efetiva, as mensagens de marketing do seu negócio empreendimento para o seu público-alvo?
- Quais os melhores canais (TV, rádio, internet, impressos) e ações de relações públicas para apresentar as suas soluções para possíveis clientes?
- Seu mercado é sazonal (ovos de páscoa, árvores de natal)? Qual, então, deve ser o calendário para poder aproveitar as chances de aumentar as vendas e promoções?
- Como os seus competidores fazem a promoção de seus produtos e serviços?

PLANO DE MARKETING: ROTEIRO

1. Definição de mercado: Um mercado consiste de todos os consumidores e consumidoras potenciais que compartilham de uma necessidade ou desejo específicos, dispostos e habilitados para fazer uma troca que satisfaça essa necessidade ou desejo.

2. Análises externas

3. Análises internas

4. FOFA

5. Alvos/objetivos

6. Estratégias

7. Ações

8. Orçamento/controle

9. Seguimento/Feedback

1 DEFINIÇÃO DE MERCADO:

Um mercado consiste de todos os consumidores potenciais que compartilham de uma necessidade ou desejo específicos, dispostos e habilitados para fazer uma troca que satisfaça essa necessidade ou desejo.

- Área geográfica
- Perfil dos clientes: sexo, idade, ideologia, cultural
- Institucional / convencional
- Potencial do mercado
- Procurar mercados com estabilidade a longo prazo e menor nº de concorrentes

2 ANÁLISES EXTERNAS

- **PRODUTO:** qual produto a concorrência está oferecendo / que produto o cliente está procurando: *qualidade, marca, formato, características*
- **PREÇO:** qual é o preço dos produtos da concorrência nos diferentes formatos, nas diferentes praças / qual seria o preço que o cliente estaria disposto a pagar pelo nosso produto?
- **PRAÇA:** estudar as diferentes praças onde a concorrência vende os produtos
- **PROMOÇÃO:** Como a concorrência promociona seus produtos / como os clientes se informam das promoções da concorrência.

	Clientes	Concorrência
Produto		
Preço		
Praça		
Promoção		

3 ANÁLISES INTERNAS

- **PRODUTO:** Que produtos temos, marcas, formatos, qualidade, capacidade produtiva?
- **PREÇO:** Qual é o preço de cada produto, de cada formato, a cada cliente / praça?
- **PRAÇA:** Em que praças estamos vendendo?
- **PROMOÇÃO:** Que tipo de promoção estamos utilizando?

	Empreendimento
Produto	
Preço	
Praça	
Promoção	

4 ALVOS/OBJETIVOS

DEFINIR: Que, Quanto, Onde, Como?

Objetivo	Quê	Quanto	Onde	Como

5 ESTRATÉGIAS

Para a definição das estratégias recomenda-se a utilização da Matriz FOFA

	Concorrência	Empreendimento	
Fortalezas			<ul style="list-style-type: none"> • Potencializar as fortalezas da Cooperativa • Ter em conta as da concorrência
Fraquezas			<ul style="list-style-type: none"> • Aproveitar as fraquezas da concorrência • Diminuir nossas fraquezas
Oportunidades			<ul style="list-style-type: none"> • Aproveitar as oportunidades melhor que a concorrência
Ameaças			<ul style="list-style-type: none"> • Preparar-nos melhor que a concorrência

**PPT, coletivos, grupos, associações, cooperativas*

6 AÇÕES

Com base nas estratégias definidas, realizar planejamento para atingir o objetivo

Objetivo	Ações
Objetivo 1	Ações 1
	Ações 2

7 ORÇAMENTO/CONTROLE

Com base nas ações traçadas, fazer um levantamento orçamentário de cada ação

Item de despesa	Valor Unitário	Quantidade	Valor Total	Observação

8 SEGUIMENTO/FEEDBACK

Avaliação dos resultados das estratégias e ações.

Resultado	Projetado	Executado





Consumo coletivo e responsável: formação de grupos e redes de consumo

Alexandre Matias Bogner e Laís Haar

Compartilhar nosso tempo, bens materiais e nossos conhecimentos com o próximo é necessidade e solidariedade.
Marianna Moreno

A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O CONSUMO COLETIVO E RESPONSÁVEL

Este texto discute aspectos que envolvem os empreendimentos econômicos solidários e o seu entorno, apresentando propostas não só para a preservação, mas também para o fortalecimento deles, na perspectiva de um possível outro tipo de desenvolvimento socioeconômico no cenário pós-pandemia. Traz a experiência do Grupo de Consumo Araçá.

ALGUMAS PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES: A GESTÃO E A PROFISSIONALIZAÇÃO

A gestão está associada ao melhor do conhecimento sobre a participação coletiva, em um modelo de organização horizontal com um público heterogêneo, porém comprometido com os propósitos da organização: Acesso ao consumo; Consumo responsável e alimentação saudável; Gestão participativa e horizontal.

GESTÃO PARTICIPATIVA E HORIZONTAL.

A gestão está associada ao melhor do conhecimento sobre a participação coletiva, em um modelo de organização horizontal com um público heterogêneo, porém comprometido com os propósitos da organização: Acesso ao consumo; Consumo responsável e alimentação saudável; Gestão participativa e horizontal.

- **Grupo Tocador:** Reúne mensalmente para organizar e realizar o mutirão para cada Ciclo.
- **Araçá Água:** Atua nos núcleos por onde fluem as pessoas, com suas necessidades e/ou ofertas. Integram o grupo tocador e realizam os mutirões.
- **Araçá Terra:** Desenvolvimento de produtoras/es que plantam, preparam, cuidam e ofertam seus produtos.
- **Araçá Ar:** Articulação externa do Araçá com outros Grupos de Consumo Responsável e movimentos sociais para estabelecimento de parcerias.
- **Araçá Fogo:** Referências dos núcleos, mobilizam cada ciclo de compras coletivas.

DESENVOLVIMENTO DE PRODUTORAS/ES LOCAIS, ASSOCIADAS/OS À PRODUÇÃO FAMILIAR E À ECONOMIA SOLIDÁRIA

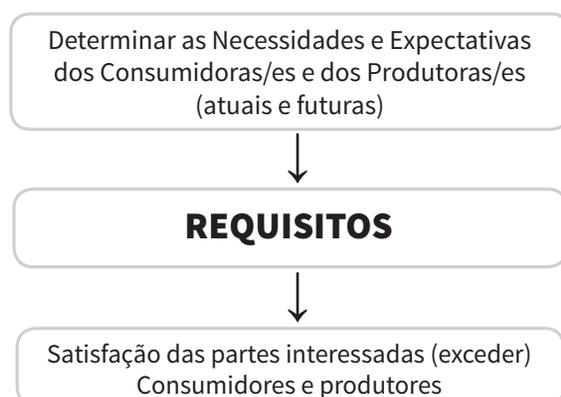
O trabalho tem sido feito por um grupo de voluntárias/ que mantém o contato com produtoras/es para atualizar preços e os itens que estão disponíveis. Este grupo é formado por consumidoras/es e produtoras/es do Araçá e também tem a tarefa de informar para produtoras/es quais as encomendas foram feitas no Ciclo.

As encomendas são levadas para a sede do Araçá na data combinada do Mutirão. A prática dos mutirões já tem uma sistemática bastante consolidada, que é revisada mensalmente na reunião de abertura de cada Ciclo. É feita uma revisão de ocorrências no ciclo anterior e são combinados os encaminhamentos.

➤ Princípios

- Organização orientada para o consumo responsável, focando produtoras/es, consumidoras/es, alimentação saudável e a sustentabilidades dessa prática de abastecimento
 - Gestão horizontal e participativa
 - Envolvimento das Pessoas
 - Abordagem de Processo
 - Abordagem Sistêmica para a Gestão
 - Melhoria Contínua
 - Abordagem baseada em fatos para a aprendizagem e tomada coletiva de decisões
 - Relação mutuamente benéfica entre produtoras/es e consumidoras/es

➤ Foco no Consumidor(a) e no Produtor(a)



➤ Gestão horizontal e participativa

Compartilhamento de responsabilidade, buscando unidade de objetivos, do rumo da organização e de um ambiente interno no qual as pessoas se tornam plenamente envolvidas.

➤ Envolvimento das Pessoas

A gestão participativa implica no desenvolvimento do protagonismo e liderança de todas e todos. O pleno envolvimento das pessoas possibilita a utilização de suas capacidades e habilidades para benefício da organização coletiva.

Abordagem de Processo

Um resultado desejado é mais eficientemente alcançado quando os recursos e as atividades relacionados são gerenciados como um processo. E um processo pode ser descrito como “Um conjunto de atividades do início ao fim que, juntas, criam valores importantes para quem está envolvida/o.

Um processo bem alinhado; eficaz*, eficiente* e efetivo*; precisa ouvir constantemente a voz das partes interessadas (consumidoras/ e produtoras/es da economia solidária). Podemos dizer que é necessário que a voz do meu processo deve estar permanentemente alinhada com a voz das partes interessadas (consumidoras/es e produtoras/es). E que a voz (monitoramento) das partes interessadas e a voz do próprio processo (monitoramento) devem retroalimentar continuamente o processo.

Os processos necessários para o mutirão de compras coletivas, suas interações e sua aplicação na organização participativa são determinadas com o detalhamento das entradas requeridas e as saídas esperadas desses processos:

- a)** *Determinar a sequência e a interação desses processos;*
- b)** *b) Determinar e aplicar os critérios e métodos: incluindo monitoramento, medições e indicadores de desempenho relacionados que são necessários para assegurar a operação e o controle eficazes desses processos;*
- c)** *Determinar os recursos necessários para esses processos e assegurar a sua disponibilidade;*
- d)** *Atribuir as responsabilidades e autoridades para esses processos;*
- e)** *Abordar os riscos e oportunidades;*
- f)** *Avaliar esses processos e implementar quaisquer mudanças necessárias para assegurar que esses processos alcancem seus resultados pretendidos;*
- g)** *Melhorar os processos e o sistema de gestão ao longo do tempo.*

*** Identificar, entender e gerenciar um sistema de processos inter-relacionados para um dado objetivo contribui para a eficácia e a eficiência da organização do coletivo no sentido deste alcançar o seus objetivos.**

*** Eficaz: Extensão na qual as atividades planejadas são realizadas e os resultados planejados são alcançados. Está relacionada com necessidades e expectativas das partes interessadas;**

*** Eficiente: Relação entre resultados alcançados e recursos utilizados. Também está relacionada com as partes interessadas, envolve o resultado da organização: Promoção do consumo responsável, ganhos para produtoras/es e consumidoras/es no abastecimento em ciclos curtos e etc...**

*** Efetivo: Relação entre os resultados alcançados e o atendimento às necessidades.**

UM BREVE RELATO DA TRAJETÓRIA DO GRUPO ARAÇÁ

No dia 15 de dezembro de 2021, o **Grupo Araçá de Consumo Responsável** completou seis anos de dedicação, atividades e de belas colheitas, celebrando a coletividade de mais de 300 famílias envolvidas nas atividades de produção, mutirões mensais de compras coletivas e entrega de cestas para consumo.

O contato com as práticas de **Economia Solidária** e o desejo de criar algo que atendesse as aspirações de cooperação e de abastecimento foram os ingredientes que fomentaram a criação do Araçá, um grupo de consumo responsável, nascido em Novo Hamburgo no ano de 2015 e hoje com raízes em São Leopoldo e Campo Bom.

Sobre o Grupo Araçá e porquê Araçá? O grupo começou sem um nome definido; apenas Grupo de Abastecimento e Consumo Responsável de Novo Hamburgo. Aproximadamente um ano após o início das atividades, para o nome do Grupo o coletivo (ainda pequeno) buscou como referência algo abundante na região, algo nativo, que remetesse a memórias afetivas e que estivesse ao acesso de qualquer pessoa! Daí o Araçá, que “saborosamente” atendeu a todas estas condições!

A ideia é organizar o abastecimento das casas com alimentos e outros produtos vindos diretamente de quem produz, tendo por inspiração as práticas de Economia Solidária baseadas na autogestão e trabalho em cooperação. Uma das demandas iniciais era ter acesso ao arroz agroecológico da COOPAN (Cooperativa Agropecuárias de Nova Santa Rita do Movimento de Trabalhadoras/es Sem Terra).

No decorrer do processo, foi criada uma comunidade no Cirandas.net (um site de software livre) e iniciamos a organização de um Grupo de Consumo Responsável. A partir daquele instante, começaram a ser pensadas as formas de organizar o consumo, a identificação das/os primeiras/os produtoras/es, o primeiro pedido e diálogos sobre outras iniciativas de cooperativas de consumo que já haviam existido na região.

No dia 15 de dezembro de 2015, junto com a Feira de Natal da Economia Solidária de Novo Hamburgo, foi realizada a entrega do primeiro Ciclo do Araçá, com gloriosos cinco pedidos!

A primeira sede do Grupo Araçá foi no bar Espaço Sideral, em Novo Hamburgo. Logo depois, passou para o Clube da Esquina, na sequência para a Ocupação Cultural Casa da Praça e atualmente se organiza a partir do Sindicato das Sapateiras e Sapateiros, todos em Novo Hamburgo.

No início, havia um núcleo em Lomba Grande, onde Carlos Gutbier levava para lá as compras do pessoal e as entregas aconteciam na Casa da Lomba. Hoje o Araçá

está em Novo Hamburgo, São Leopoldo e Campo Bom. No dia do Mutirão, todas as compras são recebidas em Novo Hamburgo (no turno da manhã) e divididas conforme as encomendas para as três cidades.

No ano de 2018, aconteceu a primeira Acolhida, atividade que recebe as/os novas/os integrantes e apresenta a dinâmica de funcionamento do Araçá. E no ano de 2019, foram criados os núcleos de São Leopoldo e de Campo Bom. O movimento e a inclusão de novas pessoas ao coletivo foram sempre crescentes, uma dinâmica assegurada pelo uso de plataformas online, desde o primeiro Ciclo.

Hoje em dia o Grupo Araçá se traduz num espaço coletivo de organização para o abastecimento dos lares da região, com produtoras/es do Vale do Sinos e complemento de itens orgânicos de outros territórios, como erva mate, farinha de trigo, café.

Em média, atualmente estão reunidos em torno do coletivo cerca de 50 produtoras/es (coletivos, famílias e individuais) e cerca de 100 famílias consumidoras. Os produtos, que já somam mais de mil itens cadastrados, estão organizados por gêneros de Alimentação, Limpeza, Higiene e Artesanato.

Ainda no primeiro ano do Araçá, um novo coletivo brota: a Feira Viva! A Feira Viva tem sua própria trajetória e conta com muitas/os produtoras/es e consumidoras/es do Araçá na sua organização.

ARAÇÁ E FEIRA VIVA:

duas ações que se encontram na Agroecologia e Economia Solidária.

Além da sua dinâmica, o **Araçá** também compõe articulação de trocas de saberes e de produtos com outros coletivos, como a **Feira Virtual Bem da Terra**, de Pelotas/RS, e com a Red de Comércio Justo del Litoral, da Argentina.

Nos anos de 2018 e 2019, essa interlocução possibilitou uma caravana para a Feira realizada pela Red na cidade de Rosário, na Argentina, com participações de produtoras/es na feira e com oficinas na programação do evento.

Intercâmbio e articulações em Rosário/ Argentina: maio/2019. Destacam-se, ainda, as relações de troca com dois importantes coletivos de certificação orgânica participativa – o OCS Sinos e o OCS Ferrabrás / Associação Ferrabrás.

Com o caminho percorrido, participar do Araçá também passou a representar um jeito de ser, um jeito de pensar. Bandeiras sobre políticas públicas, necessidades de transformações estruturais da sociedade, e outras, se agregam ao grande grupo, como a própria ideia da economia solidária e o resgate do respeito ao meio ambiente, através

do consumo e do cultivo de produtos agroecológicos, por exemplo. Refletir sobre os passos dados e projetar os próximos: muitas atividades sobre Economia Solidária já foram realizadas.

O Araçá participa da Rede Brasileira de Grupos de Consumo Responsável, da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, da Campanha contra os Transgênicos e do Fórum Regional de Economia Solidária Vale do Sinos. A migração do Araçá para uma nova plataforma, de software livre e com novos recursos, no segundo semestre de 2020, foi mais uma grande conquista, que fortalece e enaltece estes cinco anos de atividades.



Sobre as autoras e autores dos textos

Alexandre Matias Bogner: Técnico em Química, graduado em Ciências Naturais, especialista em tecnologias ambientais, em engenharia da qualidade, em produção e em gestão empresarial, atuou por 19 anos na indústria química tendo atingido o cargo de Gerente de Qualidade e Meio Ambiente. Auditor Líder ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001, tendo atuado em serviços de consultorias de qualificação profissional e de auditorias de sistemas de gestão. Desde 2019 tem atuado no voluntariado em projetos de produção e certificação de alimentos orgânicos e na economia solidária, como membro do OCS Sinos, do OPAC ECOVIDA e do Grupo Araçá.

Álvaro Delatorre: Eng. Agrônomo - Departamento Técnico da Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul – COCEARGS. Função: Coordenador do Programa de Acompanhamento às Cooperativas vinculadas ao Sistema Cooperativista dos Assentados –SCA/RS

Ana Mercedes Sarria Icaza: É professora do curso de Administração Pública e Social da UFRGS e integrante do Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa – NEGA, que desenvolve atividades de docência, pesquisa e extensão universitária no campo de organizações e experiências associativas cuja dinâmica e funcionamento se orientam para a produção da vida e não do lucro. É militante do movimento de economia solidária há mais de 20 anos.

Eliane Martins: graduada em História, mestrado e doutorado em Sociologia, militante do Movimento de Trabalhadoras/es por Direitos, integra a equipe pedagógica da Escola Nacional de Formação Política do Partido dos Trabalhadores.

Fernanda Schutz: graduada e mestra em Ciências Econômicas, compõem a equipe do Centro de Assessoria Multiprofissional – Camp, Militante do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos, atua com viabilidade e gestão de empreendimentos coletivos desde os tempos de estudante.

Katiucia Gonçalves: feminista, educadora popular e integrante do empreendimento de Economia Solidária Misturando Arte.

Letícia da Silva Balester: mulher, feminista, artesã, militante, atuante na Economia Solidária desde 2010, formada em comunicação, moradora de Porto Alegre, atualmente trabalho na área administrativa e financeira da OSC Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos.

Laís Haar: Jornalista, atua na área de comunicação institucional há mais de 30.

Lurdes Marta Santin: Graduada em Pedagogia, especialista em Educação Popular e Serviço Social. Educadora Popular, Feminista e Militante do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos.

Pedro de Almeida Costa: É professor do curso Administração Pública e Social da UFRGS e integrante do Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa – NEGA, que desenvolve atividades de docência, pesquisa e extensão universitária no campo de organizações e experiências associativas cuja dinâmica e funcionamento se orientam para a produção da vida e não do lucro.

Vinícius Moreno: nasceu e passou parte da adolescência na zona da Mata Mineira e depois mudou para a capital mineira, onde reside até hoje. Formado em zootecnia, pós graduado em economia política, militante do MTD à mais de 10 anos e 8 anos de jornal Brasil de Fato MG.



REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila. O futuro do trabalho é aqui: uberização, autogerenciamento subordinado e modos de vida periféricos. V. 4, n.1, Revista Rosa, 2021.

_____. “Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado”. Revista Piscoperspectivas: Indivíduo y Sociedad, v.18, n.3, p. 1-11, 2019.

BRAGA, Rui. A política do precariado do populismo a hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

CARDOSO, Adalberto. A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a perspectiva secular das desigualdades. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

OLIVEIRA, Francisco. O Estado e o urbano no Brasil. Espaço & Debates. Revista de estudos regionais e urbanos, São Paulo, n. 6, p. 36-54, 1982.

LAVAL, C., & DARDOT, P. A. A nova razão do mundo: ensaio sobre a realidade neoliberal. São Paulo, Boitempo, 2016.

FREIRE, P. Educação e atualidade brasileira. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

KREIN. José Dari; **OLIVEIRA**. Roberto Vêras de; **FILGUEIRAS**. Vitor Araújo (org.). Reforma Trabalhista no Brasil: promessas e realidade. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2019.

POCHMANN. Márcio. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. Revista Ciência & Saúde Coletiva, 25(1): p. 89-99, 2020.

HARARI, Yuval Noah Sapiens – uma breve história sobre a humanidade. – Tradução Janaína Marcoantonio – Porto Alegre, RS: L&PM, 2018.

ORGANDO, Claudio Barcelos e **SCHIMITZ**, Vera Regina Economia Solidária – mapeamento rio Grande do Sul. São Leopoldo: Editora Peixes, 2008.

CALENDÁRIO

OBJETIVO GERAL

Capacitar e qualificar lideranças e participantes de grupos de geração de trabalho e renda (majoritariamente mulheres e jovens) para a qualificação da produção e da gestão de coletivos e para a articulação com os princípios e redes de Economia Solidária.

CALENDÁRIO DE ETAPAS E ATIVIDADES

Atividade	Data
Módulo 1: Trabalho coletivo e autogestão: Economia Solidária, princípios e formas de organização coletiva e associada	
Encontro 1: O trabalho no mundo que vivemos	05/08
Encontro 2: O trabalho coletivo autogestionário dentro dos princípios da Economia Solidária	16/08
Encontro 3: Pontos Populares de Trabalho como possibilidade de organização associada	01/09
Módulo 2: Organização e formação de Grupos de Trabalho Coletivo: sensibilização, mobilização, (re)conhecimento da realidade e gestão de grupos	
Encontro 1: Formação e organização de Grupos de Trabalho Coletivo	08/09
Encontro 2: Possíveis ferramentas para reconhecimento da realidade	15/09
Encontro 3: A gestão do nosso grupo trabalho e renda: o que e para quem produzimos; como nos organizamos; quais nossos recursos e parcerias	24/09
Módulo 3: Estratégias de comercialização coletiva, justa e solidária: a comercialização coletiva local e regional e em tempos de pandemia	
Encontro 1: A importância do território e das redes e cadeias solidárias na comercialização para os Empreendimentos Econômicos Solidários e seus impactos diante do cenário de pandemia	05/10
Encontro 2: A comercialização coletiva local e regional, em diálogo com as organizações diversas e políticas públicas	15/10
Encontro 3: Consumo coletivo e responsável: formação de grupos e redes de consumo e encerramento	25/10



MINISTÉRIO DA
CIDADANIA
SECRETARIA NACIONAL DE
INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA URBANA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL